

Amélia  
4



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO,  
REALIZADA EM VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE. -----**

**----- ATA NÚMERO QUATRO -----**

Aos vinte e oito dias de abril do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Amélia Macedo Antunes, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. ----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente.

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Maria Fernanda Pereira Fernandes, José António Rocha Caria, Fernando Coelho e Alcídio Ferreira Torres de Carvalho. **CDU** – Francisco José Cunha do Rosário Salpico, Avelino dos Santos Antunes, Sabina Isabel Estêvão Pereira, José Manuel Rosa Ferra, Mário Manuel Rocha Baliza Leonardo e Ana Catarina Jimenez. **PSD** – Luís Manuel Pedroso de Lima Luizi, João Manuel Pereira Afonso, Ana Filipa Mota, João Filipe Figueiredo, Alfredo Luís Dias Rodrigues e Francisco Cordeiro. **BE** – Ricardo Caçoila e Cipriano Pisco. -----

Calz



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta**: -----

**Presidente da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro** – Fernando Caria (PS); **União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia** – Luís Miguel da Silva Morais (PS); **Freguesia de Canha** – Armando José Cardeira Piteira (PSD) **União das Freguesias de Pegões** – António Francisco Ferreira Miguéns (PS) e **Freguesia de Sarilhos Grandes** – Joaquim António Lopes da Silva Batalha (CDU).

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

**Deputados Municipais**

Maria do Carmo Guia (PSD), tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Francisco Cordeiro. -----

Sérgio Vasco (PSD), tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, João Filipe Figueiredo. -----

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta. Presentes também os senhores **Vereadores**: Carlos Jorge Antunes de Almeida (CDU), Alda Maria de Oliveira Beatriz (PSD), José Francisco dos Santos (PS), Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU), Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD) e Maria Clara de Oliveira da Silva (PS). -----

Constatada a **existência de quórum**, a Senhora Presidente, abriu o período destinado à intervenção do público, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Arg. Pely  
17

A senhora **munícipe Dinora Caetano**, no uso da palavra, disse: “Moro em Sarilhos Grandes, na Estrada dos Paulinos, Travessa dos Paulinos, existe uma vala, cujo aqueduto está partido. A vala está a ficar tapada devidos às areias e ao lixo que ali se acumulam e a vala está a deixar de existir. Esta situação está a ficar perigosa, porque o aqueduto está partido e por baixo do alcatrão existem buracos. O que pretendo saber, é se dentro das competências da Câmara Municipal se este assunto pode ser resolvido com a maior brevidade possível. --- Outra situação, é o terreno existente mesmo ao lado da minha casa, cujos os proprietários desconheço. O terreno está ao abandono e as silvas têm crescido muito e já estão junto ao muro da minha casa, devido à época que vamos entrar, tenho receio dos fogos. -----

O que venho solicitar, é junto da Câmara Municipal conseguir notificar os proprietários, para que se providencie a limpeza do terreno.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e em resposta à senhora munícipe, esclareceu: -----

“Relativamente ao aqueduto, vamos rapidamente ver o que se passa e penso que na próxima semana se possa resolver o problema. -----

Relativamente à segunda questão, é uma situação mais difícil porque não temos meio de contactar os proprietários. Vamos insistir com a Fiscalização Municipal e com o Gabinete Florestal da Câmara Municipal e tentar encontrar o proprietário ou algum familiar. A Câmara Municipal não pode intervir em espaços privados, temos limitações. Tomámos nota e vamos tentar que este assunto seja resolvido o mais rápido possível.” -----

Rob



**MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

Seguidamente, submeteu-se à aprovação as atas, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: -----

**Ata n.º 1 de 21 fevereiro de 2014**

Aprovada, com 22 votos a favor, 4 abstenções (Fernando Caria, Fernando Coelho, Francisco Cordeiro e João Figueiredo) e 0 votos contra. -----

**Ata n.º 2 de 24 de fevereiro de 2014**

**Retirada.** -----

O senhor **Deputado Municipal – Pedro Carromeu (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio**, cujo teor abaixo de se transcreve: -----

“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores. -----

Celebrámos na passada sexta-feira quarenta anos da revolução de Abril, quarenta anos da queda do regime fascista que de forma autoritária e antidemocrática governou Portugal durante quase meio século. -----

Nesta data fundamental da história contemporânea de Portugal não podemos deixar de saudar e louvar a coragem dos Capitães de Abril e de todos os



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata  
27

militares que colocando em risco as suas vidas ao serviço do Povo Português conseguiram pôr fim ao regime do Estado Novo e libertar Portugal. -----  
Eu nasci depois, não vivi a revolução, não sofri nem lutei pela liberdade. Nasci num País livre e cresci com a democracia, faço parte da geração pós-revolução, da geração das oportunidades que usufrui das conquistas de Abril. -----  
Celebrar o 25 de Abril é perpetuar na memória de todos que antes da revolução não existia liberdade nem democracia, mas é acima de tudo fazer com que os mais novos conheçam as atrocidades cometidas pela ditadura. -----  
Comemorar Abril é recordar um Portugal cinzento, um país pobre, isolado sobre si mesmo e profundamente desigual. -----  
É lembrar com tristeza que as desigualdades começavam no nascimento de uma criança, em que o seu destino ficaria marcado pela sua classe de origem. -----  
A proibição de falar e de discutir política, a presença da censura nos meios de comunicação social e na cultura era uma constante diária. Falar de Abril é não esquecer que existiam Portugueses de primeira e de segunda, uma elite pensadora, conhecedora e dominadora que oprimia e decidia sobre a vida dos seus restantes compatriotas. É recordar com vergonha a taxa de analfabetismo e que o acesso à educação não era para todos. É recordar todos aqueles que se viram privados da sua liberdade por combaterem o regime. É também honrar os milhares de jovens que viram a sua juventude interrompida e todos aqueles que perderam as suas vidas numa guerra colonial sem sentido. É lembrar o papel discriminatório, desigual e submisso que a mulher assumia perante o homem. --  
Celebrar Abril é falar das suas conquistas e do cumprimento dos seus objetivos, fez-se a descolonização, democratizou-se o país, instituiu-se o poder local democrático e desenvolveu-se Portugal. Um Portugal mais justo, um estado

*Paiz*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

providência, garante da igualdade de oportunidades com as suas valências essenciais, constituído por um sistema de ensino em que a escola pública para todos se tornou uma referência e que tem permitido a mobilidade social, um serviço nacional de saúde universal e uma segurança social pública ao serviço dos que mais precisam. -----

Saudamos também o 1º de Maio, o dia do trabalhador, infelizmente num clima de profunda crise económica e social em que tantos milhares de portugueses se encontram desempregados e vivendo com tantas dificuldades. Envergonha-nos a elevada taxa de desemprego jovem, a rondar os 35%, número preocupante que retrata a falta de oportunidades e a incapacidade de inserção na vida ativa para os mais novos. A geração mais qualificada de sempre é obrigada a abraçar a emigração e a ausentar-se do seu país em busca de uma saída profissional que não tem em Portugal. -----

Recordamos que foi com o 25 de Abril que o movimento sindical, tão importante para a democracia, recuperou também a sua liberdade e assumiu as suas lutas na defesa dos direitos dos trabalhadores. O direito ao trabalho e à segurança no emprego, a liberdade de organização, de reunião e de manifestação, o direito à greve e à negociação coletiva, são algumas dessas importantes conquistas, que hoje estão novamente em risco e que temos de continuar a defender. Temos hoje um governo que tenta a todo o custo desvalorizar o valor do trabalho, propondo o facilitismo nos despedimentos, reduzindo salários, aumentando impostos. Nunca como hoje caminhámos tanto no sentido do empobrecimento da classe trabalhadora. -----

Assistimos estupefactos à atuação de um governo que divide os Portugueses entre funcionários públicos e funcionários do setor privado, entre trabalhadores



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Ary Bah" with a checkmark and the number "17" below it.

e pensionistas. Um governo que ataca o contrato social, construído esse sim por um amplo consenso ao longo da nossa democracia e protegido pela Constituição da República Portuguesa. Um governo sem uma ideia, sem um desígnio nacional que se limita a aplicar austeridade em cima de austeridade, aumentando a dívida, criando mais desemprego e mais pobreza. Uma direita que escondendo-se atrás da “troika” e aproveitando-se dela nos impõe a sua ideologia de Estado Mínimo onde cada um fique entregue a si próprio. -----

Abril abriu-nos à Europa e ao Mundo, deixámos de estar “orgulhosamente sós”, somos membros de pleno direito de uma União Europeia que precisa de voltar aos ideais da sua génese. Necessitamos de uma voz mais forte na Europa, uma voz que consiga defender Portugal, uma voz que faça regressar a Europa à sua matriz solidária e empreendedora da igualdade entre os seus povos. -----

Há duas opções ideológicas, duas escolhas que os portugueses têm de fazer entre a fatalidade propagandeada pelo governo de um empobrecimento necessário e a necessidade de um crescimento sustentado em políticas públicas criadoras de desenvolvimento económico e de emprego, em políticas de conhecimento e de inovação. -----

Salazar sempre pensou que um País que tivesse a coragem de ser pobre seria um País invencível. -----

Rejeitámos este pensamento no passado, assim como hoje rejeitamos a ideologia vigente que o atual governo e a maioria de direita ultraliberal (PSD-CDS) nos quer impor. Sabemos que é possível continuar a cumprir Abril. Acreditamos nos valores da igualdade, da liberdade e da solidariedade como referencias na construção e na manutenção de uma democracia participada e inclusiva sem que nunca nos esqueçamos que somos todos iguais. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O poeta Jorge de Sena escreveu: “não hei de morrer sem conhecer a cor da liberdade”. -----

Todos hoje conhecemos a cor da liberdade, mas também todos podemos afirmar que queremos viver para conhecer a cor de uma nova realidade, uma realidade em que as pessoas se sobreponham aos números, uma realidade em que a Política se sobreponha ao Poder Económico e Financeiro. É essa a cor que nos deve mover hoje, uma cor de esperança numa mudança efetiva de políticas representadas por uma nova forma de governar ao serviço de Portugal e dos Portugueses. -----

Sabemos que é possível fazer diferente. Tem de haver um novo rumo para Portugal. O povo Português saberá dar a devida resposta. -----

Viva o 25 de Abril! -----

Viva o 1º de Maio! -----

Viva a liberdade!” -----

A senhora **Deputada Municipal – Isabel Travessa (PS)**, no uso da palavra leu uma **Moção**, intitulada “**Em defesa do SNS**”, que abaixo se transcreve: -----

“Vivemos tempos de enormes dificuldades e de empobrecimento generalizado. Tempos de insegurança e de crescente miséria para uma cada vez mais alargada faixa da população portuguesa que precisa, mais do que nunca, de ver garantido um acesso efetivo, universal e equitativo aos serviços públicos. Especialmente em áreas tão críticas como é da Saúde, onde se impõe uma estratégia nacional que tenha como prioridade a implementação de medidas que reduzam as desigualdades e minimizem as diferenças, tanto as sociais como as geográficas. -





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata  
Paly  
H

O atual modelo do Serviço Nacional de Saúde, uma das grandes conquistas da nossa Democracia, é reconhecido como a melhor forma de garantir os valores de acesso, equidade e solidariedade. É um fator de coesão nacional e um verdadeiro avanço civilizacional. Mas o SNS está cada vez mais em risco. -----

A recente publicação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril, representa um verdadeiro ataque ao SNS. E a avançar, implicará o desmantelamento da rede hospitalar pública, ao reclassificar os hospitais públicos segundo critérios e estratégias que nada têm a ver com uma verdadeira reforma hospitalar, essa sim essencial e há muito exigida, desde que fundamentada e com uma efetiva avaliação dos seus impactos e consequências. -----

Com o argumento de garantir a requalificação do parque hospitalar, com “proximidade, complementaridade e hierarquização da rede hospitalar”, o que se está a tentar fazer é reduzir drasticamente as unidades hospitalares públicas e as suas valências, sem avaliar as consequências da sua implementação. Sendo o SNS um todo coerente, não pode ser alvo de medidas avulsas, pontuais, casuísticas, inorgânicas, desconexas, descontextualizadas e de carácter administrativo, sem qualquer estratégia de sustentabilidade ou de articulação entre os vários níveis de prestação de cuidados de saúde. -----

Com esta Portaria, a implementar até 31 de dezembro de 2015, o governo pretende o encerramento arbitrário de serviços hospitalares e a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, criando todas as condições para uma rápida expansão das entidades privadas da Saúde. E dá-se um passo, verdadeiramente decisivo, para a já clara e acelerada desertificação do interior do País, que ficará agora também sem grande parte da assistência hospitalar de que dispõe. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senão, vejamos: -----

- Haverá uma redução para metade dos serviços de cirurgia cardiotorácica nos hospitais públicos, encerrando-se dois dos maiores centros de cirurgia cardiotorácica do País: o Hospital de Santa Cruz, em Lisboa, e o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia. -----

- A Faculdade de Medicina da Covilhã corre o risco de encerrar, uma vez que os hospitais que a suportam (Guarda, Covilhã e Castelo Branco) ficam sem várias especialidades. -----

- O Instituto Oftalmológico Gama Pinto desaparece. -----

- A cirurgia pediátrica e cardiologia pediátrica, cirando dois exemplos, passam a estar disponíveis apenas nos cinco centros hospitalares classificados pela Portaria como Grupo III (em Lisboa, Porto e Coimbra), que concentram também as valências de farmacologia clínica, genética médica e cirurgia cardiotorácica. --

- Serão eliminadas as especialidades médicas de endocrinologia e estomatologia dos hospitais públicos. -----

- Serão encerradas pelo menos 25 maternidades, já que os hospitais agrupados no chamado Grupo I – um total de 27 - terão apenas ginecologia. A obstetrícia só existirá nos hospitais do chamado Grupo II – que engloba um total de 8 centros hospitalares em Évora, Algarve, Tondela-Viseu, Lisboa Ocidental, Garcia da Horta, Trás-os-Montes e Alto Douro e Vila Nova de Gaia/Espinho - e do Grupo III (os cinco centros hospitalares em Lisboa, Porto e Coimbra). -----

O Ministério da Saúde garantiu recentemente que não vai encerrar qualquer maternidade. Tendo em conta que o conteúdo da portaria, que é muito claro sobre esta e outras matérias, esta é uma declaração de enorme gravidade. Há



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Arg  
Kaly  
H

populações que terão que se deslocar centenas de quilómetros para ter acesso a uma especialidade médica. -----

No nosso concelho, o Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, que passa a ser do Grupo I, perderá também a sua maternidade. Assim como várias outras valências: genética, farmacologia clínica, imunoalergologia, cardiologia pediátrica, cirurgia vascular, neurocirurgia, cirurgia plástica, cirurgia cardiotorácica, cirurgia maxofacial, cirurgia pediátrica e neuroradiologia. E poderá não ter também oftalmologia, otorrinolaringologia e pneumologia, entre outras. -----

Considerando o exposto, a Assembleia Municipal do Montijo, reunida em Sessão Ordinária a 28 de abril de 2014, delibera: -----

1 – Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando o acesso aos cuidados de saúde e lutando contra todas as tentativas camufladas de desmantelamento. -----

2 – Afirmar a necessidade de reformar o SNS e continuamente introduzir melhorias na sua organização, de modo a prestar cuidados de saúde de qualidade. -----

3 – Exigir a imediata revogação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril. -----

4 – Exigir que se pare, de imediato e definitivamente, com esta ação de destruição social encetada pelo Governo. -----

5 – Afirmar a necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar, de forma racional, participada e transparente. Sobretudo no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referência e não apenas o encerramento de camas e serviços. -----

*Ed*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6 – Exigir que a reforma hospitalar e a reforma do SNS sejam feitas ouvindo as Autarquias, sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem. -----

7 – Manifestar total confiança e agradecimento a todos os que, com o seu esforço, têm conseguido manter níveis de atendimento com qualidade e segurança. Vencendo as dificuldades impostas pelos cortes salariais, ultrapassando com ânimo e criatividade os cortes orçamentais e ajudando a vencer o desalento e o cansaço dos utentes, com crescentes dificuldades de acesso ao SNS. -----

8 - Reafirmar a autonomia e o insubstituível papel do Poder Local democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento do País.” –

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico** (CDU), no uso da palavra, disse: “Na sessão da Assembleia Municipal de 21 de fevereiro de 2014, foi aprovado duas Recomendações dirigidas à Câmara Municipal. -----

A primeira Recomendação, solicitava que a Câmara Municipal eliminasse as situações de perigo do muro do cemitério e ainda solicitava que a Câmara Municipal assumisse as responsabilidades na reparação das campas danificadas pelas quedas das árvores municipais. -----

A segunda Recomendação solicitava que a Câmara Municipal instalasse as condições necessárias de segurança rodoviária na Estrada Municipal Montijo/Samouco, na curva depois do Bairro da Caneira, para se eliminar esta zona de acumulação de acidentes, devido a erros de engenharia. -----

Assim, perguntamos se a Câmara Municipal, pretende respeitar estas duas Recomendações aprovadas na Assembleia Municipal.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alf Pely  
91

O senhor **Deputado Municipal – João Afonso (PSD)**, no uso da palavra, leu uma Declaração Política, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Volvidos 6 meses sobre a tomada de posse do novo executivo camarário é chegado o momento de fazer o primeiro balanço da gestão municipal liderado pelo Partido Socialista e apoiado pela CDU. É preciso recordar - embora não seja possível neste fórum dissecar todas as promessas eleitorais- que o Partido Socialista prometeu muito aos montijenses. -----

No entanto, constatamos que: -----

Em lugar de obra temos simulacros, como é disso bom exemplo o estaleiro das obras do Mercado Municipal há mais de 7 meses montado para montijense ver;

O comércio local continua abandonado à sua sorte; -----

O sector da floricultura continua a sofrer os estrangulamentos decorrentes do PDM desajustado, conforme declarações do presidente da Associação de Floricultores em plena sessão de câmara o qual disse que o concelho de Montijo não é primeira opção na escolha de investimento; -----

A revisão do PDM arrasta-se aguardando por um qualquer milagre e enquanto isso o investimento ruma a outras paragens e o desemprego aumenta; -----

Ao nível da requalificação e regeneração urbana especialmente nos centros históricos do Montijo, Atalaia e Canha, não foi concretizado nenhum dos instrumentos de planeamento municipal que os executivos anteriores aprovaram e que decorre do cumprimento do PDM. -----

Nestes 6 meses o executivo socialista e a sua aliada política CDU apressaram-se a aumentar o preço da água mas foram incapazes de tomar as necessárias medidas para melhorar a qualidade das infra estruturas meio adequado à redução dos desperdícios; -----

*Palh*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No âmbito da organização dos serviços camarários e da motivação e dinamização do quadro de pessoal, nunca como agora se respirou na câmara tanto desânimo e indiferença; -----

A nova comissão de festas foi nomeada pelo Sr. Presidente da Câmara desconhecendo-se os critérios que presidiram as escolhas dos seus membros; ---

Ficamos a saber que o miserável estado do cais dos pescadores apenas a eles se deve, disse o Sr. presidente, numa das sessões deste órgão, sem se rir, que o peso das artes dos pescadores foram a causa do afundamento do cais; -----

A Câmara prometeu a várias instituições a concessão de subsídios que até hoje nunca foram pagos, como é o caso do subsídio ao Olímpico, na eminência de fechar as portas; -----

Igualmente, se soube que ficaram por cobrar cerca de € 180.000,00 de rendas e que muitas mais estão por receber; -----

O mercado da reforma agrária continua a funcionar sem as mínimas condições comerciais de higiene e salubridade; -----

Os espaços públicos continuam sem a devida manutenção como é o caso das novas urbanizações; -----

Mas há mais! -----

Com a chegada do novo poder liderado por Nuno Canta constatamos o acentuar da degradação institucional. -----

A relação com a Assembleia Municipal e sua presidente agudiza-se inquinada com incidentes protocolares, desconsideração institucional permanente e a falta de cooperação. O respeito perdeu-se. São disso bom exemplo os episódios que envolveram as comemorações oficiais do passado 25 de Abril marcadas pelo confronto e desentendimento. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Beby*  
*27 11*

Com as freguesias é claro que para o novo poder há autarquias de segunda e outras de primeira. Os apoios institucionais são condicionados pela fotografia. O princípio da igualdade, da equidade, transparência e imparcialidade são meros adornos de lapela. -----

É disso bom exemplo o triste episódio dos protocolos celebrados entre a câmara e as juntas onde uns ficaram com as fatias do bolo e outros com as migalhas. ----

Outrossim, -----

Na relação com as instituições o executivo perdeu o respeito pelos princípios democráticos. Quem não pratica o desporto do “beija-mão” não poderá almejar mais que a indiferença institucional e quando não raras vezes a animosidade mais ou menos declarada. -----

Mais uma vez se constata que a natureza humana não muda facilmente! -----

Igualmente; -----

Quando se atende ao regular funcionamento do órgão Câmara Municipal verifica-se que o mesmo se encontra comprometido. Pontifica o desrespeito sistemático pelo estatuto da oposição, pelos princípios da legalidade e fundamentação. O agonizante executivo camarário, em número sem precedentes, apresenta propostas sem a necessária fundamentação e estudo jurídico, conseqüentemente são várias as propostas que foram retiradas ou retificadas. -----

Aos vereadores do PSD são-lhes sonegadas ou retardadas informações repetidamente solicitadas, como é o exemplo do auto outorgado pela ASAE sobre o estado dos parques infantis, que apesar da repetida insistência dos vereadores nunca foi facultado. -----

*Palma*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O executivo socialista com a cumplicidade da CDU arrogou-se no direito de impedir o agendamento de uma proposta sobre a redução das rendas no mercado municipal apresentada pelos vereadores do PSD revelando total arrogância, abuso de poder e desconsideração democrática. -----

O Sr. Presidente de Câmara preside ao órgão com desrespeito pelas mais elementares regras democráticas verdadeiro almirante dos comentários e bojardas de mau gosto, da desinstitucionalização do cargo, dos trejeitos de esplanada, das interrupções aos vereadores da oposição, chegando ao cúmulo de considerar e afirmar que os pode mandar calar ou que algumas das declarações políticas dos vereadores não são dignas de resposta. -----

Quase tudo o que é feito e dito é confuso e sem rumo. -----

O mais exemplar e recente desrespeito que o novo Partido Socialista tem para com o órgão foi a louvável homenagem aos ex-presidentes de câmara. O Sr. Presidente de Câmara em nome do órgão a que preside decidiu promover a iniciativa, convidar os interessados, dar disso conhecimento público e só depois informar o órgão do facto já consumado. É esta a cultura democrática do novo partido socialista, poeirento e bafiento. -----

Não poderemos terminar este capítulo sem uma nota de profunda tristeza. Demos conta que a correspondência eletrónica trocada entre a senhora presidente da mesa da assembleia municipal e o senhor presidente da câmara municipal foi publicada na íntegra num conhecido blogue de Montijo cujos seus promotores têm públicas ligações ao BE. A correspondência em causa, sobre as comemorações oficiais do 25 de Abril, tinha naturalmente o carácter de reserva próprio da sua natureza institucional. Lamenta-se que aqueles que muita e repetidamente se arvoram donos da verdade e arautos da ética e moralidade





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

quando titulares de um qualquer pequeno poder se perdem nos caminhos da irresponsabilidade e desrespeito. -----

O PCP camuflado de CDU sabe que apenas sobre os despojos da má gestão autárquica poderá fortalecer a sua posição no poder local. Para eles a desesperança e a descredibilização dos atores políticos dos partidos do arco do poder são a via verde para a chegada ao poder. -----

O PCP local aposta no atual governo do novo Partido Socialista, não porque nele acredite, mas simplesmente por o considerar fraco e disfuncional, nas suas próprias palavras ... burgueses decadentes..... Segundo os comunistas para chegar ao poder justifica alimentar as imparidades políticas do novo executivo. Custe o que custar. É preciso que tudo se conjugue para que o Partido Socialista deixe aos montijenses um legado de ferro velho político, económico e social. ----

Assim se constata que: -----

O novo Partido Socialista local e o Partido Comunista vivem em contraciclo com os verdadeiros valores do 25 de Abril e com a realidade. -----

Graças ao 25 de Abril, nunca em Portugal houve um período de 40 anos em que a liberdade e a igualdade de oportunidades fossem tão acentuada e sentida. Ao MFA, grupo dos 9, e principalmente a Ernesto Melo Antunes, o grande pensador do movimento, e a democratas como Mário Soares devemos muito dos nossos atuais direitos liberdades e garantias. -----

Os sinais de recuperação da economia são já evidentes, o desemprego está a baixar, as exportações estão a aumentar tendo superado as importações, os juros da dívida estão a níveis de 2005, os índices de consumo estão a subir. -----

*Palg*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

É certo que a crise está longe de estar ultrapassada, nem tudo foi bem feito, a dívida aos nossos credores levará muitos anos a saldar, e que muito dos nossos concidadãos continuarão a pagar um elevado e injusto preço. -----

Enquanto isso o Montijo e o Distrito de Setúbal pararam no tempo por um lado presos à condução política do PC um dos mais ortodoxos, radicais e antidemocráticos partidos políticos da história contemporânea; e por outro lado vítimas de políticos sem dimensão, vendedores de propaganda e demagogia. ----

É lamentável constatar que muita gente, entre os quais alguns dos atuais dirigentes do PS e PCP locais, arautos da indignação ficam incomodados com as boas notícias, com a constatação que a tão apregoada espiral recessiva não se verificou. Esta boa e fofinha gente não percebe e não admite que a realidade é mais complexa que as suas pequenas vidas. -----

A recusa de admitir que estavam e estão errados e de acreditar no esforço coletivo não é apenas um erro político é uma verdadeira traição ao País e suas gentes. -----

Este executivo se não mudar, para quem a manutenção do poder é o seu verdadeiro desígnio, em contra ciclo com o País, conduzirá o Montijo ao degredo económico e social.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Ricardo Caçoila (BE)**, no uso da palavra, leu uma **Saudação** alusiva ao **25 de Abril e 1º de Maio**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Em 1974, uma guerra colonial injusta, que durante anos ceifou milhares de vidas de inocentes de portugueses e africanos, aprofundava irremediavelmente a crise em que apodrecia o velho regime fascista. -----

AA  
P  
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há 40 anos, em 25 de Abril, o golpe militar dos capitães fizeram ruir o regime e, por essa brecha, irrompeu um amplo movimento popular revolucionário que transformou radicalmente o nosso País. -----

Em 1974 e 1975, o Processo Revolucionário em Curso, o PREC venceu resistências, fez ruir os pilares do regime, arrancou conquistas sociais e políticas que (apesar de tudo) ainda hoje perduram, abriu caminhos de futuro, apontando à modernidade. -----

Aos historiadores cabe a tarefa de escrever a história do 25 de Abril e contar as suas histórias. Aos cidadãos e às cidadãs cabe defender as suas conquistas, aprofundar os seus ideais e, mais importante do que parece, não deixar apagar a memória. -----

A todos, cabe-nos manter vivo o ideal democrático, no sentido mais avançado das suas conquistas. -----

Aliás, o povo português mostrou nas ruas saber que democracia tem a ver com a vida, mais do que com palavras. -----

Democracia com permanente atenção aos mais fracos, aos desempregados (em numero crescente no nosso concelho), aos trabalhadores precários, sem salário certo, sem direitos e sem futuro; aos mais excluídos do desenvolvimento desigual para que os do costume, à vez, vêm há anos a arrastar o nosso País.

Democracia com cidadãos informados, democracia com rigor, com visão de futuro e com transparência, preservando acima de tudo o interesse público em detrimento dos interesses privados. -----

Casos em que frequentemente se favorecem grupos económicos ou cidadãos em que por artes mágicas os processos prescrevem lesam o estado, o país, os cidadãos em muitos milhões de euros não é o Abril que desejamos. -----

*Rely*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O 25 de Abril, libertando-nos de uma ditadura, permitiu-nos estabelecer relações com todos os países e povos do Mundo, em pé de igualdade. -----

As relações seculares com os povos das ex-colónias, outrora marcadas pelo colonialismo, podem hoje desenvolver-se fraternalmente, na base do respeito mútuo. E nem o facto de, nalguns casos, ao colonialismo português se terem sucedido cliques corruptas e rapaces autorizam qualquer visão saudosista sobre um passado muito negro de opressão e exploração coloniais. -----

Hoje, a democracia e a cidadania conquistadas em 25 de Abril tem de alargar-se à União Europeia, um novo espaço em que se decide o nosso futuro com povo e como país, um espaço em profunda crise económica, social e política, em resultado do liberalismo imposto em nome da ditadura do mercado. -----

Democracia à escala europeia quer dizer uma refundação democrática em que, também na Europa, seja o povo quem mais ordena e não o mercado. Nos diplomas fundacionais da nova Europa terá de ser incorporado o que demais avançado existe em cada país, consagrado numa Constituição democraticamente discutida e aprovada. -----

Termino com uma saudação, justa e devida, aos militares do 25 de Abril. Tiveram a visão de um país livre e mais justo; livre da guerra colonial. E tiveram a coragem de pegar em armas por ele. Aqui está uma vibrante lição cidadania que a nossa história registará e um exemplo a que nós prestamos um sentido tributo -----

**“Não é verdade que as pessoas param de perseguir os sonhos porque estão a ficar velhas, elas estão a ficar velhas porque pararam de perseguir os sonhos”**  
– **Gabriel Garcias Márquez.** -----

Viva o 25 de Abril! -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA  
Pelo  
97

Viva o 1º de Maio.” -----

Ainda no uso da palavra, o senhor **Deputado Municipal – Ricardo Caçõila (BE)**, colocou as seguintes questões, ao Executivo Municipal: “No dia 17 de abril (tarde), foi dado tolerância de ponto aos funcionários da Câmara Municipal, concordo com a iniciativa, mas não foram asseguradas as atividades das crianças nas escolas. Esta situação ocasionou um problema, porque as crianças cujos pais trabalham fora do concelho, tiveram que arranjar uma alternativa. Como o senhor Presidente sabe, talvez 50% das crianças, não têm familiares no concelho, são pessoas como eu, que vieram de outras localidades para aqui morar. Queria alertar para esta situação, não está em causa terem dado tolerância de ponto, mas sim, que futuramente fique salvaguardado esta situação. -----

Quero saudar a Câmara Municipal, pela iniciativa que tomou após aprovação da Assembleia Municipal para que se realizasse uma sessão solene e pela forma como correu a homenagem aos ex-presidentes de Câmara e que esta iniciativa seja promovida nos próximos anos. -----

Por último queria perguntar ao Executivo Municipal, se por parte da Câmara Municipal pondera e se existe disponibilidade para um orçamento participativo, para os próximos anos e se existe abertura para os cidadãos interagirem e contribuírem com propostas para o Município.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alcídio Torres (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor a seguir se transcreve: “A pergunta que vale milhões e que mais tem sido martelada nos corredores do poder e nos diversos

*Calo*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

órgãos de comunicação social é esta: Como deve Portugal sair do programa de resgate: com uma saída limpa ou com um programa cautelar? -----

Esta é uma questão ardilosa, que além de procurar retirar uma carga negativa ao fracasso de três anos de políticas de austeridade, está formulada no sentido de continuar a servir as mesmas políticas e os mesmos interesses. -----

A grande questão que se deve colocar hoje e que o PS colocou desde que António José Seguro assumiu o cargo de Secretário Geral do Partido é esta: O que deve Portugal fazer para recuperar as baixas taxas de crescimento económico e a queda do PIB nos últimos anos? -----

O jornal Público noticiava hoje que os 30 mil milhões de euros de políticas de austeridade aplicados sobre os portugueses desde que este governo tomou posse, mais 12.000 milhões do que o inicialmente previsto no memorando da troika, conseguiu baixar o défice público, mas ficou muito distante das metas definidas no início do programa da troika. E a dívida pública cresceu muito mais que o previsto. -----

O único indicador económico que resistiu, as exportações, pouco impacto positivo tiveram na cobrança de impostos. -----

A verdade é esta: O fraco desempenho económico das economias dos países periféricos, como é o caso de Portugal, é o resultado das políticas erradas para enfrentar a crise. Os Estados focaram-se, essencialmente, no apoio ao sistema financeiro, transferindo os custos desse apoio para a sociedade como um todo. Socializaram os prejuízos e privatizaram os lucros. -----

Em vez de favorecerem e socorrerem os do andar de baixo, ou seja aqueles que não gastaram acima das suas possibilidades e não são responsáveis por esta

Am  
Paly  
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

crise, procuraram obsessivamente salvar os bancos centrais, concedendo-lhes avultados apoios financeiros e taxas de juro a custo quase zero. -----

Com esta política, os governos austeritários garantiam, por um lado, a restauração rápida dos lucros do sistema financeiro perdida pela bolha imobiliária e, por outro, lançavam sobre os países, os povos e as classes médias os custos da bolha imobiliária. -----

Como egoístas e gananciosos esclarecidos que são procuraram a solução para a saída da crise, recorrendo às receitas que estiveram na origem da própria crise. Nesta lógica, obrigaram os povos e os Estados a reduzirem o seu consumo para poderem reembolsar as gigantescas dívidas acumuladas até à crise e contraídas depois dela. Conseguiram-no à custa de impostos, da redução de salários e pensões, do depauperamento da classe média, beneficiando os credores do Estado, que, segundo alguns deles, muito têm ganho com a dívida pública portuguesa. -----

Chegados aqui, uma pergunta é inevitável e fatal: As economias, como a portuguesa, estão estagnadas a longo prazo ou, pelo contrário, vivem apenas, um fraco desempenho após a crise? -----

A resposta mais provável, e de acordo com a evolução da economia mundial e nacional, parece ser a que sugere estarmos perante uma estagnação a longo prazo. E porquê? Porque estamos perante uma descida permanente dos rendimentos do trabalho, um aumento da taxa de desemprego, um declínio do bem-estar social e um aumento das tensões sociais. -----

Não obstante o aumento das tensões sociais, um facto deve preocupar os partidos de esquerda: Um dos resultados mais surpreendentes do estouro financeiro de 2008 e da crise económica global que se seguiu a ele é que, na

*Faly*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Europa, a esquerda não conseguiu capitalizar a imensa fratura social que se produziu. -----

Apesar da aparição de movimentos como os Indignados na Espanha ou o Cinco Estrelas na Itália, e com a exceção do Syriza na Grécia, não ocorreu na Europa, até agora, um avanço concreto da esquerda como alternativa de governo. -----

Como consequência desta correlação desfavorável de forças, os rendimentos do trabalho têm tido uma redução drástica, enquanto os rendimentos do capital explodiram, aprofundando as desigualdades sociais. Os últimos 40 anos, ao contrário do período que vai desde a 1ª Guerra mundial até ao início dos anos 70, têm sido vividos debaixo da batuta ultra -liberal, que se traduz em políticas de austeridade destinadas a aprofundar as desigualdades sociais e a pobreza. ---  
Só dois exemplos, um a nível nacional e outro internacional para demonstrar esta realidade: -----

Em Portugal, o peso dos rendimentos dos mais ricos no rendimento total do país mais que duplicou desde a década de 80. -----

Atualmente, em termos mundiais, 85 indivíduos controlam o equivalente ao rendimento disponível de praticamente metade da população mundial (3,5 biliões de pessoas no mundo). Estudos internacionais recentes revelam, que apenas 1% dos ativos financeiros transferidos ilegalmente para os paraísos fiscais sem pagar impostos dariam para acabar com as situações de fome a nível mundial. -----

Perante esta realidade, o que os governantes do nosso país e os partidos deviam estar hoje a discutir não é se vamos sair de forma limpa ou com um programa cauteloso depois da saída da troika. -----

O que devíamos estar a discutir é como vamos contribuir para ajudar a



AA Paly  
47



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regulamentar o sistema financeiro português, europeu e mundial e como vamos redistribuir o rendimento e a riqueza em favor dos povos, ou seja como vamos fazer o ajustamento pelo lado da procura e não pelo lado da oferta e ainda como vamos expandir a despesa pública virtuosa. -----

A escolha é entre dois caminhos antagónicos, ou continuamos a apagar o fogo pelo andar de cima, favorecendo os interesses das corporações financeiras, que nos condenam ao aumento da dívida pública e ao empobrecimento da sociedade portuguesa e europeia, ou descemos a escada e começamos a apagar o fogo pelo andar de baixo, favorecendo os que menos têm, com políticas de crescimento económico e de recuperação da economia. -----

Parafraseando as palavras dos ex-presidentes da República Ramalho Eanes e Jorge Sampaio numa conferência a semana passada sobre a Ditadura Portuguesa, direi: “Este presente não pode ser o nosso futuro”.” -----

O senhor **Deputado Municipal – José Ferra** (CDU), no uso da palavra, disse: -----

“Em relação às associações e coletividades, queria saber como se encontra a situação de alguns terrenos que foram cedidos e que entretanto não foram concretizadas as obras e que estão paradas, como é o caso por exemplo dos Comilões. -----

Por último saber, como vai decorrer as comemorações dos 500 anos do foral da Aldeia Galega do Ribatejo?” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues** (PSD), no uso da palavra, disse: “Tive conhecimento que foi feita uma reunião entre a Câmara Municipal do Montijo e a restauração do Montijo, na Galeria Municipal. O que se

*Palma*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pretendia com essa reunião? Promoção e dinamização da restauração do nosso concelho? Gostaria de saber como decorreram essas conversações, em que moldes e que ideias foram apuradas. -----

Por último referir, que relativamente às eleições europeias e enquanto munícipe desta terra, acho muito positivo para o Montijo nas listas dos candidatos a Membros do Parlamento Europeu, constarem o nome de duas senhoras Montijenses. É uma mais-valia e desejo as maiores felicidades a ambas." -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, em resposta às questões colocadas pelos senhores Deputados Municipais, disse: "Relativamente às Recomendações, quero informar que a recuperação do muro do cemitério já foi realizado, quanto à questão da reparação das campas, nós recebemos na Câmara Municipal algumas reclamações, que foram encaminhadas ao Gabinete Jurídico para parecer, tendo em conta que também a queda das árvores foram provocadas por vendavais. A Câmara obviamente que irá cumprir o parecer jurídico. -----

Quanto à segunda Recomendação, alusiva à curva da Estrada Municipal 501, nós também já fizemos algumas avaliações técnicas, também já fizemos alguma limpeza das árvores e dos espaços envolventes. É intenção da Câmara Municipal de perfilar a curva, mas só poderá ser feita após a nossa Empreitada de Trabalhos Diversos estar em execução, porque vamos afetar verbas dessa empreitada e tentar que a curva que tem uma pendente inversa possa corresponder melhor àquela situação. O excesso de velocidade também é um aspeto que origina grande parte dos acidentes. A Câmara Municipal está a

Am  
P  
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprir na íntegra as duas recomendações que o senhor Deputado Municipal referiu. -----

Quanto às questões colocadas pelo senhor Deputado Ricardo Caçola, relativamente à tolerância de ponto, vamos tentar perceber e melhorar para que futuramente essa situação seja acautelada. -----

Quanto à sessão do 25 de abril, também sou da opinião que correu tudo muito bem. -----

Relativamente ao orçamento participativo, a Câmara Municipal do Montijo tem em vista e como aliás o Partido Socialista já apresentou a missão da transparência e a participação das pessoas. Estes são dois elementos fundamentais da democracia do século XXI, deve-se avançar para um orçamento participativo, mas, primeiro criar as condições de uma verdadeira participação. Nesta fase é ainda muito cedo, estamos a desenvolver outra forma que vem do executivo anterior, que tem a ver com o Observatório de Cidadania, da ligação desse Observatório às questões que tem a ver com a participação das pessoas na vida política. A grande parte dos orçamentos participativos que eram realizados nos municípios do país, foram abandonados, porque os resultados decorrentes do orçamento participativo não satisfaziam. -----

Quanto às questões do senhor Deputado José Ferra, que tem a ver com os terrenos cedidos às coletividades, nós temos uma equipa a fazer um levantamento sobre os terrenos que foram cedidos pela Câmara Municipal e que não realizaram nenhuma intervenção, nem investiram. Nós, inicialmente nos protocolos que fazíamos para estes investimentos, não se colocava um período de limite para o investimento, a celebração dos protocolos era feita de uma forma genérica e hoje já colocamos um período para a execução do

*Poliz*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento, caso não haja investimento nesse período o terreno regressa à Câmara Municipal. -----

Quanto às comemorações dos 500 anos do Foral da Aldeia Galega do Ribatejo, estamos a preparar uma iniciativa, embora, persista uma dúvida sobre a data concreta. Alguns historiadores falam em setembro deste ano e essa era numa primeira fase a intenção da Câmara Municipal, mas o que é facto é que agora existem historiadores que falam em janeiro de 2015. Agora estamos na fase de decidir, qual a data do Foral da Aldeia Galega do Ribatejo. Também quero referir que não existe um Foral autêntico, como por exemplo existiu o Foral de Canha. O Foral da Aldeia Galega do Ribatejo compreende a Aldeia Galega e Alcochete, o Foral é comum aos dois municípios. A ideia é criar e desenvolver um trabalho científico com um professor de uma universidade licenciado em história e que possa reproduzir a história e também fazer a reprodução dessa cópia, de modo a termos um livro e uma edição comemorativa dos 500 anos. Para além disto, vamos fazer umas conferências históricas sobre a relação territorial que é uma relação particular entre o Montijo e Alcochete, o que se torna singular. -----

Quanto à questão do senhor Deputado Alfredo Rodrigues, sobre a reunião da restauração, o Executivo Municipal estar a tratar do desenvolvimento económico, temos vindo cada vez mais a desenvolver uma aproximação às empresas. Sem termos empresas que queiram e possam investir no nosso concelho, não criaremos emprego e sem criarmos emprego não sairemos desta situação em que estamos mergulhados. Quem defende a democracia local, como eu defendo efetivamente tem que promover e desenvolver o nosso crescimento económico. Portanto, esta reunião insere-se nesta linha estratégica



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AV  
Paly  
H

de desenvolvimento do nosso território do ponto de vista económico. Por isso, o senhor Vereador Francisco Santos reuniu-se com todos os empresários da restauração, no sentido de procurarmos estratégias conjuntas de modo a que nós possamos agilizar políticas que permitam, não só desenvolver turisticamente o Montijo, como todos juntos desenvolver estratégias. -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Quero referir que o último episódio acontecido nesta casa, pela intervenção de um munícipe, deve merecer futuramente uma atitude enérgica da mesa da Assembleia Municipal para que situações destas não se repitam.” ---

O senhor **Deputado Municipal – João Figueiredo (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Ao ler uma ata da Reunião de Câmara de 02 de abril de 2014, verifiquei que o senhor Vereador Pedro Vieira, colocou uma questão relativamente ao estado de conservação da Estrada Nacional 4, entre a rotunda da Fonte Luminosa e a rotunda da Praça de Touros e estranho a resposta do senhor Presidente da Câmara e passo a citá-la: *“Relativamente ao troço da EN4, esclareceu que o mesmo é da responsabilidade das Estradas de Portugal, e espera os bons ofícios do Senhor Vereador perante o seu Governo, para resolver o assunto.”* Nós seguindo a recomendação do senhor Presidente fomos tomar esses bons ofícios e contribuir no apoio ao Executivo, para o que não consegue resolver sozinho, mas como estamos aqui para contribuir para a qualidade da vida dos munícipes do Montijo. Assim, recebemos a informação que no dia 04 de agosto de 2004, foi assinado o Auto de Transferência deste troço de estrada, das Estradas de Portugal para a Câmara Municipal do Montijo, auto assinado

Calz



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entre a Dra. Maria Amélia Antunes e pelo Eng<sup>o</sup> Santana Gonçalves, em que do Km 12.600 ao Km 14.800 este troço de estrada passa para o domínio municipal. Como é que é possível o Presidente da Câmara Municipal não ter conhecimento claro do património viário da Câmara Municipal, na entrada principal do Montijo? Esta questão é grave, porque esta estrada carece urgentemente de intervenções do ponto de vista da segurança rodoviária e do ponto de vista de dignificar a entrada da cidade. Nós entre o Km 13.000 e o Km 14.800, tivemos uma intervenção de beneficiação totalmente errada, do que deve acontecer numa cidade. Construiu-se basicamente uma via rápida no meio de uma malha urbana, que divide a área das Colinas do Oriente, com a área do Alto das Vinhas Grandes, em que se praticam excessos de velocidade, por isso é constante a PSP no local, esta velocidade é praticada porque fisicamente a estrutura o permite. Neste sentido, este troço necessita urgentemente de medidas de acalmia de tráfego para condicionar os automobilistas e para que não volte a acontecer atropelamentos no atravessamento entre as duas áreas. -----  
Esta situação só vem reforçar a necessidade de intervir no outro troço, porque não temos a mínima homogeneidade de traçado, saímos de uma situação de via rápida, para uma situação de quase “caminho de cabras”, em que não há passeios, nem condições para os peões circularem em segurança, o pavimento está péssimo estado de degradação. Eu não quero acreditar que estamos à espera de uma nova urbanização no local, para beneficiar aquele troço e que o Executivo esteja à mercê das iniciativas privadas, muito bem-vindas claro está mas não podemos ficar à mercê das iniciativas privadas para garantir a segurança de circulação de todos os Montijenses.” -----

AA Kelly  
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse:  
“Há dias realizou-se uma conferência de imprensa dos Municípios da Península de Setúbal, alusiva ao processo de privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento, onde foi afirmado pelo Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, *“O Governo deu a volta por cima, não privatizou a AMARSUL, mas, privatizou a EGF e vamos ver se a AMARSUL será a única empresa que trata dos lixos na região”*, esta afirmação pode levar a várias interpretações. Quer dizer seguir o exemplo da Câmara Municipal de Odivelas ou de Loures, que criaram uma empresa municipal própria para tratar desse assunto, ou está-se a tentar fazer pressão sobre o processo. Gostaria de saber mais pormenores e elementos concretos sobre esta situação. -----

Na última Reunião de Câmara, foi aprovada uma Moção, apresentada pela senhora Vereadora Maria Clara Silva, alusiva à Educação e onde colocava uma série de questões ligadas ao Conselho Municipal de Educação e onde também consta os rácios. Nesta sequência gostaria de pedir que fosse facultada uma cópia ao Bloco de Esquerda. -----

Relativamente ao orçamento participativo, hoje assisti em direto na televisão a uma sessão sobre o orçamento participativo, na Câmara Municipal de Lisboa. Segundo percebi a Autarquia dedicou dois milhões e meio de euros, para um conjunto de ações, ou seja, estão limitados aquela verba. A Câmara Municipal do Montijo também pode dedicar uma verba, para que os munícipes possam contribuir e dar as suas opiniões. -----

Para além da Moção que foi hoje aqui apresentada pelo Partido Socialista e vamos ter a oportunidade de votar, quero focar o problema da Portaria 214, alusiva à reorganização dos hospitais. Até porque de certa forma está a ser

*Paly*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

montado um embuste sobre uma série de questões hospitalares, assistimos em direto do Canal 1, uma intervenção no Hospital do Montijo, quando foi aplicado o Plano Manchester, falou o Diretor e o enfermeiro chefe, mostraram as braçadeiras e é evidente que não estava lá ninguém, estava a funcionar tudo perfeitamente. O que as pessoas assistiram na televisão em direto, foi de uma urgência que não tinha filas e que tudo funciona normal, sem listas de espera, e na realidade não é assim. Existe um protocolo entre a Câmara Municipal do Montijo e o Centro Hospitalar Barreiro/Montijo e com a aplicação destes conjuntos de portarias há uma interrogação que se tem que colocar. Continua-se a ter o protocolo ou a Câmara pode revogar o protocolo e ter uma atitude de confronto político com o Governo, que anda aqui na prática a ter uma posição de acabar com o Serviço Nacional de Saúde e servir os setores privados. Tenho aqui a Portaria e o Hospital do Montijo, passa para o nível 1, ou seja, qualquer dia é um Centro de Saúde. Esta situação devia ser revista pela Câmara Municipal. -----

A senhora **Deputada Municipal – Sabinã Pereira (CDU)**, no uso da palavra, colocou duas questões ao Executivo Municipal e disse: “Quero alertar para o facto da Estrada Nacional 11, nomeadamente o troço que atravessa Sarilhos Grandes. Relembrar três acontecimentos trágicos naquela estrada: um atropelamento fatal de uma idosa, num sinal luminoso de redução de velocidade; em janeiro de 2010, uma senhora morreu numa colisão entre um ligeiro e um pesado de passageiros no entroncamento da Avenida da República, com a Rua da Escola Primária e no passado dia 24 de abril, uma jovem ficou ferida com gravidade por um atropelamento perto do cruzamento da Avenida





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA Paly  
H

da República com a Estrada do Arce e a Estrada dos Quatro Marcos, sendo que os sinais luminosos estavam intermitentes. Principalmente nas horas de ponta, torna-se quase impossível atravessar aquela estrada com segurança. Tendo em conta as mais recentes intervenções no IC32 ou atual A33, nomeadamente a construção e a abertura de uma estação de serviço perto dos Quatro Marcos e o alcatroamento da via, tudo indica que existe uma preparação para que esta passe a ser paga, o que vai levar a que o trânsito se mova, como acontecia antes da existência desse troço, para a EN11 uma afluência ainda maior de tráfego, vai dificultar ainda mais a situação nesta estrada. -----

Tenho a informação que irá fechar mais uma escola no Concelho do Montijo, já existe alguma indicação de qual será a escola que irá ser encerrada?" -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico** (CDU), no uso da palavra, disse: “Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Câmara, que no seu discurso associou o excesso de velocidade aos acidentes que ali ocorrem, é muito importante que o discurso passe a ser feito de uma forma correta, porque o traçado daquela estrada tem defeitos tão graves que violam gravemente os critérios técnicos de segurança de traçado. É uma zona onde são violados com muita gravidade diversos critérios de segurança de engenharia. Entretanto o senhor Presidente, disse que iria fazer o reperfilamento da curva, mas, eu não posso deixar de lembrar, que o principal erro técnico que ali está cometido é o raio da curva que é de 15 e tem que passar a ser pelo menos de 350, a sobrelevação para 7%, a substituição do pavimento e aproveitar-se para serem criadas bermas, porque a ausência de bermas faz com que o veículo meta a roda no pavimento de terra e tem tendência a perder o controlo de direção.”

*Pely*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Relativamente à resposta do senhor Presidente da Câmara à minha questão sobre a reunião, eu considero que foi muito vago, omissivo e um pouco genérico, porque não respondeu à minha questão. Possivelmente ainda não tem elementos àquilo que perguntei e então quando tiver esses elementos que são em termos de números de comerciantes que participaram no evento, quais os projetos a desenvolver, elementos mais concretos, agradecia que mos enviasses.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, intitulada “**O 25 de Abril e a educação pública**”, cujo teor a seguir se transcreve: “Comemorámos, há três dias, os quarenta anos do 25 de abril. -----

Treze dias antes desta data histórica, viva no coração e nos ideais dos portugueses, no passado dia 12 de abril, Durão Barroso, ex-líder do PSD, ex-primeiro ministro de Portugal e ainda Presidente da Comissão Europeia, cargo de nomeação que assumiu, tendo, para isso, abandonado a chefia do Governo da República Portuguesa em julho de 2004, discursou na sede da CAIS, na cerimónia de entrega do donativo do prémio europeu Carlos V, a esta instituição e à Escola Secundária Luís de Camões, onde foi estudante. -----

Lamentou que **não tenha sido possível conciliar a democratização do ensino com a exigência e a qualidade, recordando que, antes do 25 de abril de 1974, apesar de algumas liberdades cortadas, havia na escola uma cultura de mérito, exigência, rigor, disciplina e trabalho.** Dirigindo-se a três dos seus antigos professores, presentes no encontro, Durão Barroso, recordou como eram



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Paly  
47

exigentes nessa altura, sugerindo um maior **investimento na escola e nos professores.** -----

Esta breve citação é muito rica em sugestões, que não vamos naturalmente, esgotar, como sejam o saudosismo pedagógico e educativo de Barroso e a sua referência benévola ao tempo da ditadura com um tempo de algumas liberdades cortadas. -----

É, simultaneamente, o alinhar de Barroso num discurso que classifica a escola democrática (pós 25 de abril) como «facilitista», na senda do discurso populista e, esse sim, facilitista, que catapultou Nuno Crato para o ME. Digo 'facilitista' pois nenhuma destas 'sentenças' se apoiam em estudos empíricos sérios e validados, limitando-se a ser um 'eu acho que'. -----

Mas de que escola de excelência tem, Durão Barroso, tantas saudades? -----  
Vejamos. -----

Em 1940, apenas 33% das crianças entre os 7 e os 10 anos de idade frequentavam a escola. -----

Estes valores só começaram a aumentar nos anos 60; no entanto, nesta década, 30% da população continua analfabeta. -----

Em 1974 ainda 25.7% da população era analfabeta: 31% das mulheres e 19.7% dos homens. -----

A partir do final da II Guerra a esmagadora maioria dos países da Europa Ocidental desenvolveu e consolidou um ensino de massas, livre e democrático e a escolarização obrigatória de crianças e jovens. -----

A primeira medida educativa do ensino de excelência do Estado Novo foi, como sabemos, reduzir a escolaridade obrigatória. -----

*Palh*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Somente em 1956 volta a legislar-se no sentido de restabelecer a escolaridade obrigatória de 4 anos, mas apenas para os alunos do sexo masculino; o alargamento às crianças do sexo feminino só se fará em 1960. -----

Em 1970 a escolaridade obrigatória era de seis anos. -----

Os professores primários tinham uma preparação que lhes permitia ensinar a ler, escrever e contar e pouco mais. O método educativo vigente era a memorização. As matérias, em todas as áreas e níveis de escolaridade, estavam subordinadas a fins doutrinários políticos e religiosos, assumidos como um controlo autocrático das mentes. -----

Os professores eram uma classe particularmente vigiada, com informadores da PIDE em todas as escolas, porque, no ensino de “excelência” defendido por Durão Barroso, as escolas eram a “sagrada oficina das almas” onde se exaltava o orgulho nacionalista e se exortava os mancebos a darem a vida pelo império português e as donzelas a serem excelentes donas de casa e a conformarem-se com a ida dos seus noivos para a guerra colonial. -----

Nos anos 70, até à revolução, apenas 3.8% dos jovens frequentava o que hoje chamamos ‘ensino secundário’, cerca de 21 mil. E ainda assim, com segregação: o Liceu destinava-se aos filhos da média e alta burguesia, devendo formar as classes dirigentes; as escolas técnicas destinavam-se à baixa burguesia (quadros intermédios). Os filhos dos operários não prosseguiam estudos, por ser financeiramente incomportável. -----

E hoje? Comparemos sempre que possível, com dado de 1970 – o marco da «excelência» para Durão Barroso: -----

- 5.2% da população ainda é analfabeta(-20,2%) -----
- A escolaridade obrigatória é de 12 anos (+ 6 anos) -----

AM Paly  
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- No ensino básico (9º ano) a taxa de escolarização da população passou de 14,4% (1970) para 92,1% (2011) (+ 77.7) -----
- 72.5% dos jovens concluem o ensino secundário (dados Pordata, 2011); atualmente são 343 mil. A taxa real de escolarização da população com ensino secundário era, em 1970, 3,8%. (+ 68.7%) -----
- No ensino superior: o número de estudantes matriculados passou de 80 mil (1980) para 390 mil (2012). No mesmo período, duplicou o número de doutoramentos por ano, passando de 860 para 1666 -----
- O abandono escolar caiu de 50% (1992) para 20,8% (2012) -----
- Entre 2000 e 2012, o número de portugueses sem qualquer grau de escolaridade reduziu-se para quase metade: 1,5 milhões para 890 mil. ----
- Estes testes internacionais (desvalorizados ou ignorados pelo atual MEC) – PISA (Programme for International Student Assessment) da OCDE de 2012, onde é avaliada a literacia dos alunos em 3 áreas-chave, Portugal tem um resultado ligeiramente abaixo da média, mas conseguiu simultaneamente, duas coisas: reduzir o universo dos alunos que se saem muito mal neste tipo de testes de literacia e aumentar o número dos jovens que se destacam muito pela positiva (os chamados “top performers”), subindo, entre 2003 e 2012 nas três áreas – Matemática (+ 21 pontos); Ciências (+ 15 pontos); Leitura (+ 18 pontos). -----

A Escola pública tem problemas por resolver? Tem. -----

Nenhum deles, porém, se resolve nem como os ataques às políticas educativas de equidade e ao reforço da qualidade do ensino público, que tem sido levado a cabo por este governo, nem com declarações historicamente falsas e

Cal



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

politicamente irresponsáveis e ridículas, como aquela com que Durão Barroso presenteou os portugueses neste período que é, para nós, de festejar os 40 anos de abril e as suas vitórias, -----  
- e para ele, o que será?” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio**, cujo teor a seguir se transcreve:  
“Saudamos o gesto heroico dos Capitães de Abril, para sempre guardado na memória coletiva do povo, que pôs termo, no dia 25 de Abril de 1974, a 40 anos do tenebroso regime fascista que amordaçou, oprimiu e torturou o Povo Português, de que é exemplo gritante: -----  
Que só entre 1932 e 1951, 20.552 portugueses foram presos por motivos políticos, as perseguições, torturas, o assassinato de tantos filhos e filhas do povo; -----  
O colonialismo, os 13 anos de guerras coloniais, 10.000 mortos e 30.000 feridos, entre portugueses e naturais das ex-colónias; -----  
A feroz exploração dos trabalhadores, o atraso, na educação, na saúde. O estado fascista ao serviço de uma oligarquia económica de 7 grandes grupos monopolistas e de grandes latifundiários; -----  
Com um milhão e meio de portugueses condenados à emigração. -----  
É tarefa de todos os democratas não permitir o branqueamento do fascismo mas, antes pelo contrário, denunciar todas as suas atrocidades. -----  
Mas o dia 25 de Abril de 1974 é o reflexo de décadas de luta antifascista e não um ato isolado. -----  
O dia 25 de Abril de 1974 com o Povo na rua e com a aliança MFA/POVO atingiu



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conquistas históricas: o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, o Serviço Público de Segurança Social, a livre formação dos partidos políticos, as liberdades, direitos e garantias, o direito à greve, salário mínimo nacional, subsídio de férias, de natal, de desemprego, pensões e reformas, as eleições livres e o Poder Local Democrático, a banca nacionalizada ao serviço do povo e da economia nacional, foram estas conquistas de Abril que foram consagradas na Constituição da República Portuguesa aprovada na Sessão Plenária da Assembleia Constituinte em 2 de abril de 1976. -----

O 25 de Abril permitiu conquistas e avanços civilizacionais com reflexos imediatos na melhoria da qualidade de vida do nosso povo em todos os domínios de que destacamos como exemplo: a saúde, a educação, as condições de trabalho e o poder de compra. -----

Mas, paulatinamente, como reflexo das políticas de direita dos últimos 38 anos, as conquistas de Abril e a democracia política, económica, social e cultural sofreram um profundo ataque de que é reflexo o famigerado memorando pacto de agressão/troika que PS, PSD e CDS-PP negociaram e subscreveram com a cumplicidade do Presidente da República Cavaco Silva. -----

É fruto desta situação criada contra o 25 de Abril e os seus valores, que temos, hoje de novo, o nosso povo com fome, de que é bem patente o número de dois milhões de portugueses em condições de pobreza, com medo, amordaçados, sem trabalho e forçados a emigrar. -----

De facto, com este quadro sinistro os valores de Abril e a democracia estão em perigo. -----

Se é necessário, importante e imprescindível, denunciar o regime fascista e as suas atrocidades e lutar pelas conquistas de Abril e seus valores, não é menos

*Kely*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importante, necessário e imprescindível, denunciar e combater as causas que permitiram, ao longo dos últimos 38 anos pôr em causa as conquistas e os valores de Abril. -----

Esta é a tarefa de todos os democratas que querem, de facto, pôr termo à atual situação de submissão, de desastre nacional e de defesa dos interesses nacionais. -----

No próximo dia 01 de Maio milhares e milhares de trabalhadores, reformados e todas as camadas antimonopolistas irão sair à rua nas manifestações convocadas pelo movimento sindical, exigindo o fim do esbulho dos salários, das reformas, contra o desemprego, por trabalho com direitos, contra a miséria e a opressão, por Abril e seus valores e em defesa da Constituição, na convergência e unidade dos democratas, e de todos os patriotas, na exigência de uma política alternativa, patriótica e de esquerda.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Fernando Coelho (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhoras vereadoras e Senhores Vereadores, -----

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, -----

Caras e Caros Múncipes, -----

No período da Ordem de Trabalhos da presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal vamos apreciar um dos mais importantes documentos da vida e da gestão autárquica municipal. -----



AA  
Laly  
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Como deputado independente desta Casa e simultaneamente munícipe residente em Montijo desde 1989, vou fazer um resumo daquilo que se me afigurou deveras importante, não só ao longo destes últimos 8 anos da minha presença, participação e intervenção na vida pública municipal, como também uma breve retrospectiva do trabalho desenvolvido pelos Autarcas do Partido Socialista, por forma a melhor percebermos os documentos que no momento próprio iremos analisar e votar. -----

Na gestão política e administrativa dos assuntos coletivos e dos negócios públicos a memória não pode ser curta, nem isenta de afetos, e, referindo-se estes documentos ao último ano do anterior mandato autárquico, cumpre agradecer a todos os que, eleitos e membros do órgão executivo municipal e competindo-lhes, nos termos legalmente aplicáveis, executar o orçamento e os planos, contribuíram para os resultados alcançados, com a sua participação crítica, com as suas posições de apoio às propostas agendadas e deliberadas nas sucessivas reuniões da Câmara Municipal, mas também aos que, votando contra ou abstando-se, por opção política e no legítimo exercício do direito de oposição democrática, incentivaram o executivo com pelouros do Partido Socialista a melhorar o trabalho que no dia a dia foi realizado para e com a população do nosso Concelho. -----

Como várias vezes ouvi a ex-presidente Maria Amélia Antunes dizer, e estou inteiramente de acordo, tanto se serve as nossas comunidades no poder como na oposição e que a oposição construtiva, favorece e enriquece o exercício do poder. -----

O trabalho desenvolvido ao longo do ciclo político aberto em dezembro de 1997, com a vitória do Partido Socialista nas eleições autárquicas, proporcionou

*Calh*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aos munícipes olhar para o território concelhio de forma diferente, como um território em evolução, coeso e ao serviço das pessoas. -----

As políticas públicas de proximidade prosseguidas desde então tiveram a preocupação de aumentar e melhorar o bem-estar e a qualidade de vida das populações, apostando claramente nas áreas da educação, da ação e solidariedade social, da cultura, da qualificação e modernização do espaço público, dos equipamentos públicos, das infraestruturas coletivas e da qualificação urbana. -----

E é esse trabalho, iniciado e altamente impulsionado pela ex-presidente da Câmara Municipal Maria Amélia Antunes, nos últimos 16 anos, que pretendemos continuar e aprofundar. Aliás, o seu legado é uma enorme responsabilidade e ao mesmo tempo um enorme estímulo para todos aqueles que, como nós, continuam a ter hoje responsabilidades autárquicas e que temos vindo aqui, na Assembleia Municipal, acompanhar diretamente há mais de oito anos. -----

Importa, também, neste momento de balanço do ano de 2013, refletir no que foram estes últimos 16 anos de gestão municipal, sem que, no entanto, e antes de mais, manifestemos uma palavra de reconhecimento e agradecimento para os autarcas que antecederam os sucessivos executivos do PS na gestão municipal, os quais, com a sua estratégia política, procuraram certamente o que consideravam ser o melhor para o concelho, por sinal homenageados no dia 25 de Abril passado. -----

Reconhecimento também para todos os Autarcas que ao longo deste ciclo de 16 anos deram o seu inestimável contributo para o serviço público deste nosso Concelho. -----

ATA  
Pelo  
M



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Porém, todo este trabalho teve também o contributo da estrutura orgânica da CMM, da AM e das Freguesias, dos seus dirigentes, quadros técnicos e trabalhadores em geral que aqui e agora queremos também reconhecer. -----

Nas eleições autárquicas de dezembro de 1997, os cidadãos eleitores confiaram a governação à Dra. Maria Amélia Antunes e ao PS, a qual veio a mostrar estar à altura da resolução dos problemas, das dificuldades, das oportunidades e dos desafios da gestão autárquica. -----

O concelho do Montijo é hoje reconhecido pelos nossos munícipes, um concelho desenvolvido e com qualidade de vida, merecendo igualmente o reconhecimento do País, no qual é caracterizado como um concelho familiarmente responsável e com sustentabilidade financeira e económica. -----

Um concelho de educação e formação e um concelho saudável e sustentável. ---

Salientando-se, o reconhecimento público nacional do trabalho que o Município tem vindo a desenvolver no domínio das políticas de família e de sustentabilidade, tendo recebido 2 prémios da Associação de Famílias Numerosas. -----

A ação política e administrativa que tem sido desenvolvida ao longo dos últimos 16 anos pelos executivos municipais assentou, desde a primeira hora e de acordo com os sucessivos compromissos eleitorais assumidos e renovados, em três prioridades estratégicas de atuação: a educação; a cultura; e a ação e solidariedade social. -----

O ano de 1998 representou uma mudança estratégica nas opções de desenvolvimento do concelho. -----

É um facto objetivo e inegável. -----

*Fely*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Consideremos os investimentos realizados no domínio do Parque Escolar Concelhio público, com a aposta na educação pré-escolar, o seu desenvolvimento e a sua atual taxa de cobertura, com a requalificação de estabelecimentos existentes ao nível do primeiro ciclo do ensino básico e com a construção de novas escolas do primeiro ciclo. -----

Consideremos a permanente expansão do apoio prestado às famílias no domínio da educação, ao nível, designadamente, das refeições escolares, dos transportes escolares, da ação social escolar e da implementação das atividades de enriquecimento curricular. -----

Consideremos os investimentos efetuados no âmbito da preservação, recuperação e requalificação do património histórico e cultural do concelho e a sua promoção e dinamização, essenciais para a salvaguarda e perpetuação da memória, da identidade, da História e das tradições dos montijenses: a Quinta do Saldanha; a Quinta do Páteo d'Água; o Cinema – Teatro Joaquim d'Almeida; a Galeria Municipal; o Moinho de Maré do Cais de Aldegalega; o Moinho de Vento do Esteval; o Cruzeiro-Mor do Santuário de Atalaia; o Espaço Museológico de Atalaia; o Fontanário de Santo Isidro de Pegões. A investigação e a história local escrita e publicada com o apoio da Câmara e a coleção de Estudos Locais. -----

Pensem na expansão da rede de leitura pública municipal, com o funcionamento de Polos da Biblioteca Manuel Giraldes da Silva no Afonsoeiro, no Esteval, no Cine – Teatro Joaquim d'Almeida, em Canha, em Atalaia e em Pegões. -----

*Ant. Palh  
H*



**MUNICÍPIO DO MONTIJO**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Pensemos na dignificação do poder local democrático e na valorização política, institucional e administrativa das Freguesias, com os novos edifícios sede das Juntas de Freguesia de Montijo, Afonsoeiro, Alto – Estanqueiro/Jardia e Pegões.

Pensemos na construção do centro Cívico e Social do Esteval. -----

Pensemos nos investimentos realizados na distribuição pública de água, na construção de novos reservatórios, na rede de saneamento e na edificação de novas estações de tratamento de águas residuais. -----

A requalificação do espaço público levada a efeito no Montijo, em Atalaia e em Sarilhos Grandes, particularmente na Praça da República, na Zona Ribeirinha, no Borralhal, no Saldanha, no centro histórico de Atalaia e na Praça da Liberdade. --

Pensemos nos investimentos feitos na iluminação pública e na rede viária municipal. -----

Pensemos na expansão dos espaços verdes e da arborização no concelho. -----

Os investimentos realizados na infraestruturização urbana de bairros de génese ilegal, clandestinos, ao nível dos pavimentos e passeios para a circulação rodoviária e a segurança das pessoas, na água e do saneamento públicos. -----

Pensemos nas políticas de apoio e solidariedade social aos cidadãos desfavorecidos, no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social, aos cidadãos toxicodependentes, aos cidadãos imigrantes e às mulheres vítimas de violência de género. -----

Pensemos na relevância dos projetos para a coesão social e da coesão geracional, tais como o gabinete do idoso, a Universidade Sénior, o Projeto Junto de Si e o Projeto Tu Kontas. -----

Consideremos a importância da atual rede de ciclovias municipais, no Montijo e no Afonsoeiro. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Consideremos os investimentos feitos em novos equipamentos desportivos ou na requalificação dos existentes: o Pavilhão Municipal do Esteval e os Polidesportivos da Bela Vista, do Alto das Vinhas Grandes, da Caneira, das Faias, de Pegões Velhos, de Pegões e de Canha. -----

Pensem na dinamização de projetos de cooperação europeia e internacional, especificamente destinados aos jovens. -----

Pensem nas parcerias de investimento estabelecidas com a Administração Central do Estado que permitiram a construção da Circular Externa, a construção do Pavilhão Desportivo da Escola Básica 2 3 de Pegões e a construção da Escola Básica 1 2 3, com pré-escolar, Areias/Esteval. -----

A cooperação e parcerias com várias entidades, designadamente com a APFPDM – Escola Profissional do Montijo. -----

Pensem no urbanismo integrado, inclusivo, harmonioso e sustentável que caracteriza a nossa cidade e o nosso concelho, sem condomínios fechados nem novos bairros sociais. -----

Pensem na atração de investimento, criação de emprego, de riqueza. Na fixação de novos residentes. -----

Por tudo isto, consideramos que o concelho mudou, a realidade foi quantitativa e qualitativamente modificada, para melhor. -----

O PS recuperou financeiramente a Câmara Municipal em 1998, renegociou empréstimos com vista ao seu cumprimento e afirmou, consolidou e preservou a credibilidade da gestão pública administrativa, institucional e financeira da Câmara do Montijo junto da Banca, de empreiteiros e de fornecedores. E dos cidadãos em geral. -----

AA  
Paly  
97



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nestes 16 anos de governação autárquica, foi possível desenvolver e incrementar competências, qualificações, capacidade de trabalho, de gestão e de inovação bem como experiência administrativa na gestão dos assuntos públicos. -----

O trabalho realizado e as perspetivas futuras da sua continuação, aprofundamento e desenvolvimento justificam que os montijenses tenham continuado a confiar no Partido Socialista para gerir a Câmara Municipal. -----

As ações e as intervenções levadas a efeito permitiram resolver problemas que careciam de solução há muitos anos, tais como o do saneamento, o dos bairros clandestinos, o do abastecimento de água às populações. -----

Sublinhamos que, inobstante o investimento público realizado e as políticas desenvolvidas, que implicaram a afetação de recursos financeiros significativos, o Município tem, hoje, as contas em dia, não tem dívida vencida e em situação de incumprimento, não tem dívida oculta e não reportada, não alienou receitas futuras nem titularizou créditos tributários ou de outra natureza, não utiliza receitas extraordinárias, a dívida de longo prazo é sustentável. -----

Uma gestão que administrou os dinheiros públicos de acordo com o interesse público e no escrupuloso respeito pelo bem comum. -----

Com rigor e com responsabilidade. -----

Com Legalidade. Com transparência.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Luís Luízi (PSD)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Exma senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exmo senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Faly



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Exmos senhores Vereadores e Deputados Municipais, -----

Exmos Municípes: -----

Eis que são passados quarenta anos sobre o 25 de Abril de 1974. O tempo passa sem que nós possamos impedir, logo não há que dar parabéns pela passagem do tempo. O que poderá merecer homenagem e parabéns é o modo como foi empregue o tempo que passou. -----

Os “valores de Abril” – justiça, verdade, transparência, equidade, respeito pelas pessoas, liberdade, com as suas vertentes de reunião, de expressão, de associação, de imprensa; estado de direito, direito ao pão, à habitação, à saúde, à educação e a uma reforma digna, são valores apregoados por todos. Para uns há que procurar maneira de eles poderem ser garantidos no futuro; para outros, esses direitos, que eram considerados garantidos, estão a ser “roubados” e é urgente repô-los. Alguns dizem até ser preciso um novo “25 de Abril”. -----

Analisando o que se passou em 25 de Abril de 74, são os capitães de Abril que emergem como personagens a quem devemos estar gratos. No entanto, indo um pouco mais atrás no tempo e nas suas causas, outros agradecimentos são devidos. O MFA derivou do Movimento dos Capitães: este foi criado pela insatisfação dos ditos capitães “de carreira” perante a possibilidade de os milicianos poderem ascender a capitães; esta possibilidade foi criada devido à escassez de capitães para colmatar as necessidades de uma guerra de libertação; essa escassez derivou de os movimentos de libertação irem alargando as áreas de influência e a capacidade em armamento, nomeadamente terem passado a dispor de mísseis terra-ar; essa capacidade derivou do apoio que foi prestado aos movimentos de libertação por vários países, nomeadamente a União Soviética e a China, isto é, os nossos



*Handwritten signature in blue ink.*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agradecimentos pelo 25 de Abril de 74 devem ser endereçados também aos povos das ex-colónias e aos que os apoiaram na sua luta. Entre esses, há que dizê-lo, muitos cidadãos portugueses. -----

Relativamente ao regime que foi derrubado em 25 de Abril, criado na vaga de fascismo que varreu a Europa no século passado, convém frisar que não foi comparável ao que se verificou em Itália e na Alemanha. Tanto nos crimes de massa cometidos contra o povo, como nas atitudes dos seus líderes, o fascismo português foi mais “discreto”, o que lhe permitiu uma duração desmesurada comparada com o caso alemão e italiano. O caso espanhol, também de longa duração, teve origem numa guerra civil, o que lhe conferiu aspetos diferenciadores. Não se está aqui a branquear o fascismo português. Está-se apenas a constatar o facto de o fascismo português ter sido “especial”, embora não menos nefasto. Na realidade, 48 anos de fascismo, 48 anos a moldar as consciências, 48 anos de isolamento, 48 anos de medo, 48 anos de atraso, 48 anos de dissimulações, deixaram sequelas inevitáveis nos comportamentos dos cidadãos, com consequências ainda nos dias de hoje. -----

Na implantação do regime fascista derrubado em 1974; durante os 48 anos em que o fascismo dominou este país; no decorrer das manobras militares no próprio dia 25 de Abril desse ano; na sequência de acontecimentos que preencheram estes 40 anos de liberdade; sempre veio ao de cima o pragmatismo do Povo Português, qualidade aliás reconhecida no mundo inteiro. É essa qualidade que nos é tão própria e que nos permitiu “dar novos mundos ao mundo”, que me permito hoje evidenciar. -----

Refiro apenas alguns poucos apontamentos, que penso terem a ver com o pragmatismo das gentes portuguesas: -----

*Val*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1º Ficámos a saber, por narrativa recente de Otelo Saraiva de Carvalho, que Salgueiro Maia, instado por Otelo a disparar contra o quartel do Carmo, no sentido de obter a rápida rendição de Marcelo Caetano, mostrou preocupação quanto aos danos que iria causar no edifício, nomeadamente a quebra dos vidros. Teria até questionado Otelo sobre quem iria pagar os prejuízos! -----

2º Campo Pequeno repleto de cidadãos entusiasmados! Berra-se “Partido Socialista – Partido Marxista” a plenos pulmões! É hora de defrontar o Partido Comunista e o seu modelo de sociedade. Álvaro Cunhal preconizara que “em Portugal nunca haverá uma democracia do tipo acidental”. -----

3º País em bancarrota: quem quer comprar batatas tem de levar também cebolas; nas bombas de combustível fazem-se filas para obter gasolina, pois chegou o petroleiro com o precioso líquido. Há quem ganhe algum dinheiro ficando na “bicha” enquanto o proprietário do carro vai trabalhar! Mário Soares mendiga pela Europa e pelos seus amigos, nomeadamente Willy Brandt, para que nos dispensem algumas divisas. É altura, segundo diz, para “meter o socialismo na gaveta”! -----

Mas muito mais presenciámos, nestes quarenta anos seguintes a Abril de 74: --  
Ministros como Valter Rosa, que se demitiu quando o filho fez um desfalque bancário; dirigentes como António Vitorino que, por suspeita de irregularidade fiscal se demitiu de imediato, verificando-se depois que não houvera qualquer irregularidade; Presidentes da República, como António de Spínola, que virou “bombista”; Herói de Abril, Otelo, que se envolveu nas FP-25; cerco à Assembleia Constituinte; “Congelamento de salários e preços já” sentenciou o “esquerdista” Pereira de Moura, dias depois da “Revolução dos Cravos” (e ninguém lhe ligou nenhuma); “O país transformado num pântano” constatou

AM  
Paly  
AS



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

António Guterres e desistiu da governação; “E o endividamento do país?!?” berrou Manuela Ferreira Leite para Sócrates; mas como era “velha e falava mal”, houve que correr com ela, para além de não lhe passarem cartão. Dirigentes do Ministério da Educação que montaram redes de colégios privados; dirigentes de Obras Públicas que passaram ao privado no mesmo setor; Deputados que legislam na Assembleia de manhã e defendem privados de tarde; Banqueiros que não resistem ao cheiro do vil metal e roubam, sabendo que a justiça lenta nunca alcançará os seus advogados rápidos. Tantos desmandos e tantas honestidades, tanta gente séria e tanta malandragem; e no entanto... O Povo é sereno! Nada de guerra civil! Nada de mortandade! -----  
A verdade é que com a liberdade para o Povo, veio também a responsabilidade. O que antes era desculpável porque o Estado era iníquo, passou a ser indesculpável porque estamos em Democracia. -----  
É esta a luz que cada um de nós, seja professor, soldador, banqueiro, advogado, eleito para a Freguesia, Presidente de Câmara ou Presidente da República tem de julgar o que faz e o que diz. -----  
A liberdade que Abril nos trouxe é como ter um filho! Não se pode meter férias de ser pai; também não se pode meter férias de defender os valores de Abril! ---  
E nesta nossa terra de Montijo? -----  
Nesta terra de Montijo, terá sido o Povo que ordenou o arrasamento da antiga e típica Praça da República e o surgimento do atual largo? Foi aceitável, à luz de Abril? -----  
Cantar a “Terra da Fraternidade” e excluir democratas de colaborarem na gestão de uma freguesia, como aconteceu nesta terra, é aceitável, à luz de Abril? -----

Faly



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Apregoar “Imprensa Livre” e discriminar jornais em detrimento de outros, como aconteceu com o estrangulamento da “Nova Gazeta”, é aceitável à luz de Abril? Proclamar que “O Povo é quem mais ordena” e impedir que a população expressasse a sua opinião sobre a mudança do Cais para o Seixalinho, é aceitável, à luz de Abril? -----

Trombetear “Terra da Fraternidade” e condenar cidadãos ao degredo político e ao achincalhamento público sem ao menos formular uma acusação concreta, como aconteceu nesta terra, é aceitável, à luz de Abril? -----

Dizer que se defende a equidade e a justiça e discriminar cidadãos, instituições ou freguesias, tratando uns como filhos queridos e outros como leprosos a evitar, como se verificou neste concelho, é aceitável, à luz de Abril? -----

Era tão agradável, dava tanto jeito, desligar o interruptor da memória e cantar em coro o “Grândola Vila Morena”, e até mesmo “Os Vampiros” de Zeca Afonso, como se não houvesse o perigo de termos um “vampiro Pavarotti” ao nosso lado. -----

Entretanto, saibamos dar valor a este Povo que sofreu o Fascismo sem ser fascista; foi à guerra sem ser guerreiro; emigrou sem saber falar estrangeiro; passou por Abril e não houve guerra civil; e hoje continua a lutar pelo seu futuro, dentro ou fora do país, com o pragmatismo e o espírito de sobrevivência que é próprio dos Portugueses. -----

Viva a Liberdade! Viva a Fraternidade! Viva a Verdade! Viva o 25 de Abril! Viva o Montijo e os Montijenses! Viva Portugal e os Portugueses!” -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Catarina Correia (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração** alusiva à **Intervenção acerca das Podas das**



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA Pely  
H

**Árvores**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“No seguimento da questão levantada na última sessão desta Assembleia pela Múncipe Anabela Antunes, acerca da poda das árvores na freguesia do Afonsoeiro, é de lamentar que esta tenha sucedido não só nesta freguesia. -----

A Junta de Freguesia do Montijo Afonsoeiro, a pedido de alguns moradores, decidiu fazer uma poda em algumas árvores mas na nossa opinião não de forma correta. As árvores que dignificam as nossas praças e avenidas e embelezam os nossos jardins e parques são um elemento essencial de qualidade de vida, autêntico oásis no “deserto” que são tantos dos nossos espaços urbanos atuais... E, no entanto, é por de mais evidente a, ainda quase absoluta ausência de sensibilidade para o papel da Árvore em meio urbano. Como prova disto mesmo na “nossa freguesia, temos como exemplo os autênticos «massacres de «motosserra» que destituem de dignidade e valor estético as árvores ditas ornamentais que marginam os nossos arruamentos e estradas. -----

Estas podas radicais são comumente justificadas com base em preconceitos que continuam entaixados na população, que muitas vezes as exige quando os responsáveis pela sua gestão e manutenção optam por outros modelos de condução. Assim, temos ouvido dizer que estas «rolagens» rejuvenescem e fortalecem as árvores, ou que são a forma mais económica de controlar a sua altura e perigosidade. -----

Será isto verdade? -----

A poda drástica rejuvenesce a árvore? Não! -----

São as folhas a «fábrica» que produz o seu aumento. Uma poda que renova mais do que um terço dos seus ramos – e na nossa freguesia foram removidas copas na totalidade como nas árvores junto à Escola Básica Joaquim d’Almeida –

*Pelz*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interfere muito com a sua capacidade de se auto alimentarem desregulando o seu equilíbrio copa/tronco/raízes. O facto de as árvores apresentarem uma rebentação intensa após uma operação traumática, não significa rejuvenescimento mas sim uma tentativa desesperada de repor a copa inicial, à custa da delapidação das suas reservas energéticas. Nalguns casos este «esforço» pode mesmo ser fatal, se a supressão da copa se somarem outros fatores como um verão seco ou ataques de parasitas. -----

Fortalece-a? Não. Pelo contrário, a poda radical é um ato traumatizante e debilitante, uma porta aberta a patologia. O nosso país está cheio de tristes exemplos, árvores cujo estado sanitário decadente é o revoltante resultado destas práticas no passado, as quais deveriam envergonhar os seus mandantes!-  
Torna-o menos perigosa? Não! Estas «podas» induzem a formação, nas zonas de corte, de rebentos epicórmicos de grande fragilidade mecânica, pois tem uma inserção anormal e superficial no tronco. Como ao longo do tempo tendem a formar-se podridões nesses locais esta ligação fica ainda mais fraca e os ramos instáveis e potencialmente perigosos a longo prazo. -----

-É a única forma de controlar a altura? Não! A queda de irenarquia que estava até então estabelecida entre ramificações naturalmente formadas permite o desenvolvimento de novos ramos de fonte crescimento vertical, mas agora de uma forma anárquica e muito mais densa! -----

Não se resolve, assim, o motivo por que geralmente se recorre a esta supressão da copa, pois em alguns anos a árvore retoma a altura que tinha sem nunca mais voltar a ter a mesma estabilidade nem beleza característica. -----

É mais barata? Não! Se a gestão do património arbóreo for pensado a médio-longo prazo. Aparentemente parece ser esta a forma mais económica. No



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
Paly  
M

entanto esta economia é de curto prazo, pois se for um lado as árvores só desvalorizam a todos os níveis, por outro lado está-se a onerar o futuro, que terá que remediar uma decrepitude precoce ou resolver a instabilidade mecânica dos rebentos formados após o corte. E a redução da esperança de vida das árvores implementa custos acrescidos para a sua remoção e substituição. -----

Acerca destas ideias «feitas» responsáveis por tantos atentados à beleza, saúde e dignidade dos exemplares arbóreos das nossas freguesias, já dizia o saudoso Eng.º Vieira da Natividade «o podador domina porque enfraquece, vence porque suprime... em boa verdade a vitória não é brilhante!» E de facto, devia dizer-se de uma poda o mesmo que de um árbitro: Tanto melhor quanto menos se der por ele!” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, em resposta às questões suscitadas, disse: “Relativamente à questão colocada pelo senhor Deputado João Figueiredo, que se refere a um troço da ex Estrada Nacional 4 e que esse troço já teria sido transferido para a Câmara Municipal, vou confirmar, mas a noção que tenho e tive o pelouro das estradas nos últimos anos, a estrada que passou para a Câmara Municipal foi, desde a rotunda da Água até à rotunda da Atalaia, como é conhecida e que liga à Circular Externa. A parte que fica entre a rotunda da água e a rotunda da Praça de Touros é um troço que não está ainda na posse direta da Câmara Municipal. Nós em 2004 efetivamente assinámos um protocolo da parte que referiu e foi nessa sequência que fizemos o alargamento da Avenida Garcia Orta. Relativamente às medidas de contenção nessa avenida temos intenção de colocar na passadeira de peões que faz a ligação entre os

*Paly*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bairros, já temos um projeto para colocar um sistema semafórico de controlo de velocidade. Mas, em todo caso vou confirmar e na próxima sessão da Assembleia Municipal esclareço. -----

Quanto à questão colocada pelo senhor Deputado Cipriano Pisco, a conferência de imprensa que referiu, participaram todos os Municípios que são acionistas da empresa EGF – Empresa Geral de Fomento. Os estatutos da Amarsul não permitem alterações sem consultar os Municípios, para terem a opção de aquisição de mais capital social. Por isso digo, que o Governo fez batota, não privatiza diretamente a Amarsul, vai privatizar a EGF, que é uma empresa que superintende todas as empresas multimunicipais, que fazem a gestão de resíduos, que todas elas têm no seu estatuto que os Municípios podem perfeitamente poder adquirir mais capital e nesse sentido tomar a liderança da gestão das próprias empresas multimunicipais de gestão de resíduos. O que é privatizado não é a Amarsul, que é a relação direta com os Municípios, mas sim a EGF e assim não permite ao Municípios poder usufruir da opção que está prevista nos estatutos, o que é facto, é que o Governo faz uma privatização superior a isso e assim impossibilita que os municípios possam realizar mais capital. -----

Quanto ao orçamento participativo, nós não somos contra ao orçamento participativo, o que somos é sérios na abordagem, não faz sentido estarmos a criar expectativas às pessoas que podem participar, quando a Câmara Municipal, não tem neste momento condições para afetar uma verba por mais pequena que seja. Isto não quer dizer que não façamos do orçamento participativo um objetivo a longo prazo. -----

Quanto à questão da reorganização dos hospitais e concretamente o Centro





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

FLY  
Pereira  
H

Hospitalar do Montijo, o senhor Deputado diz que o protocolo deveria ser revogado e que inviabiliza o confronto político nestas matérias. Eu não tenho essa visão, o protocolo serviu para mantermos a nossa urgência básica, para mantermos determinados serviços no hospital, nomeadamente, para ganharmos algumas valências, cirurgia de ambulatório que é hoje uma das referências nacionais da cirurgia de ambulatório. Ao fazermos este protocolo e estarmos a participar na gestão do hospital, não tenhamos aqui a possibilidade de criticar e temo-lo feito, não temos necessariamente que abandonar o protocolo. -----

Quanto à questão colocada pela senhora Deputada Sabina Pereira a questão da EN11 e a relação que fez com a A33 (antiga IC32), esta relação também a Câmara Municipal já fez, o facto de ter sido designada A33 já é uma preocupação para nós, porque poderá haver portagens, como há a seguir ao lanço de Coima e com isso irá criar um problema gravíssimo sobre a EN11, também referir que neste momento já não é Estrada Nacional 11, mas sim, Estrada Municipal. As estradas municipais não servem para trânsito nacional, as estradas municipais são pagas pelos nossos impostos a nível local e são mantidas pelas Câmaras Municipais. A Câmara Municipal do Montijo já colocou este problema às Estradas de Portugal e ao senhor Secretário de Estado das Obras Públicas e dos Transportes, porque obviamente não pode haver portagem na A33 e fazer com que o trânsito seja escoado para a EM11 e com isso criar um problema para a Câmara Municipal do Montijo, porque a estrada degradar-se-á rapidamente. -----

Quanto à questão colocada de qual a escola que vai encerrar na zona Este? O que estava previsto em termos de Ministério da Educação, era encerrar a Escola

*Falg*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos Foros do Trapo, por uma questão de redução de número de alunos. Colocou-se a hipótese de poder trocar esse encerramento dessa escola por uma outra, que é a Escolas das Faias. A Escola das Faias tem mais problemas, porque é uma das escolas que tem uma cobertura mais extensa em fibrocimento (amianto) e transportar os alunos das Faias para os Foros do Trapo. Isto já foi conversado entre o Ministério da Educação, a Câmara Municipal do Montijo, com o Agrupamento das Escolas e com os pais nos locais respetivos. -----

Relativamente à poda das árvores, questão colocada pela senhora Deputada Ana Catarina, não há muito a dizer, as árvores têm que ser podadas. Temos tentado substituir a espécie das árvores, para que a copa seja mais adequada aos locais e à dimensão dos passeios.” -----

Ainda no uso da palavra, o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, disse: “Vou passar a ler uma Declaração, em virtude de um problema que tive na Assembleia Municipal e que desencadeou um processo judicial no Ministério Público, os intervenientes chegaram a acordo e ficou estipulado que eu teria que fazer uma Declaração nesta Assembleia, pedindo desculpa formalmente à pessoa em causa. -----

Eu, Nuno Miguel Caramujo Ribeiro Canta, declaro que peço desculpa pelos factos ocorridos na Sessão da Assembleia Municipal do Montijo, de 15 de junho de 2011, na qual também teve intervenção o assistente do Processo n.º 507/11.4 PAMTJ, Senhor Alberto Emanuel Simões dos Santos Fernandes, à data Deputado à Assembleia Municipal do Montijo.” -----

AA  
Paly  
97



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que tinham para **admitir e votar**, uma Moção, que foi previamente distribuída, designadamente: **Moção apresentada pelo PS**, alusiva “**Em defesa do SNS**”. -----

Assim, procedeu-se à votação para **admissão do supracitado documento**, tendo o mesmo sido admitido por unanimidade. -----

Seguidamente, procedeu-se à **discussão e votação**, tendo o mesmo obtido a seguinte deliberação: -----

O senhor **Deputado Municipal – João Afonso (PSD)**, no uso da palavra, disse: “O Grupo do PSD irá abster-se relativamente à Moção, porque a mesma tem um conjunto de considerandos e análises técnicas que ultrapassam e muito a capacidade de análise do momento, aliás a apresentação de Moções com esta complexidade técnica exigiria que as mesmas fossem apresentadas com mais tempo de antecedência e segundo as regras do bom senso. Assim sendo, o PSD irá abster-se desta Moção.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: “Voto favoravelmente esta Moção, embora queira referir dois aspetos: Primeiro é preciso reconhecer que em determinados momentos do Governo PS, foram tomadas um conjunto de medidas que abriram caminhos para determinadas situações que hoje existem. Segundo, quero referir que foi dado como público, que nos últimos três meses saíram do país mais de 520 enfermeiros. Estamos a assistir à saída dramática de uma série de setores da juventude portuguesa,

*Poly*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investe-se milhões de euros, na formação de jovens e a saída profissional é terem que abandonar o seu país.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Iremos votar favoravelmente e quero apenas referir uma questão, a Constituição da República aprovada em 1976 e depois de oito revisões, foi ao longo dos anos e pela política de direita, posta em perigo os valores de abril, incluindo o Serviço Nacional de Saúde. O que importa neste momento, é cerrar fileiras em sua defesa e lembramo-nos disto, para que no futuro possamos ter outro comportamento para solidificar aquilo que de facto significa o Serviço Nacional de Saúde.” -----

**Deliberação:** Aprovada por maioria, com 18 votos a favor (10 do PS, 7 da CDU e 1 do BE), 7 abstenções do PSD e 0 votos contra. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que a Ordem de Trabalhos tinha para apreciação e votação os pontos abaixo mencionados: -----

**PONTO UM** - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 03/2014 – “Designação de duas pessoas para integrarem a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens, de acordo com o disposto no artigo 17º, alínea I), da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro” -----

**PONTO DOIS** - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 180/2014 – “Prestação de Contas do ano de 2013” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM Paly  
H

**PONTO TRÊS** - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 192/2014 – “**Documentos de Prestação de Contas de 2013 – SMAS**” -----

**PONTO QUATRO** - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 181/2014 – “**Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro constante no Programa de Apoio à Economia Local**” -----

**PONTO CINCO** – **Informações do Exmo. Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal**, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**A Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade.** -----

**PONTO UM** - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 03/2014 – “**Designação de duas pessoas para integrarem a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens, de acordo com o disposto no artigo 17º, alínea l), da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro**” -----

“A Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, ao aprovar a “Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo”, reorganizou as até então existentes Comissões de Proteção de Menores, passando a designá-las por **Comissões de Proteção de Crianças e Jovens** e adaptando o seu funcionamento à nova Lei. -----

Assim e porque, por força do disposto no artigo 17º., alínea l) da citada Lei nº. 147/99, da composição destas comissões, em modalidade alargada de funcionamento, devem fazer parte **quatro pessoas, “de entre cidadãos**

*Pal*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo”, designados pela Assembleia Municipal, a mesa desta Assembleia **PROPÕE**: -----

**Que a Assembleia Municipal designe, nos termos do artigo 17º., alínea l), da Lei nº. 147/99, de 1 de Setembro, duas pessoas para os referidos fins.”** -----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “A Mesa tem para apresentar **duas pessoas** no quadro daquilo que foi a reunião de representantes. Assim, propõe-se que se **renove** na **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens** a presença de **Rosa Maria Carujo Carrão** e para **substituir** a Professora Adelaide Martins, que possa ser eleita **Sandra Marta Palma Férias Nóbrega**. Esta é a proposta da Mesa e consensualizada com os representantes a quem foi prestada toda a informação, currículo e o trabalho prestado pela cidadã Rosa Carrão, através de um relatório que nos foi remetido pela CPCJ. ----- Assim, passamos à votação da proposta por voto secreto, em virtude de se tratar de indicação de pessoas. A metodologia adotada para a votação é por lista.” -----

Am Paly  
S



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**DELIBERAÇÃO TOMADA POR ESCUTÍNIO SECRETO:** 24 votos a favor e 1 voto em branco. -----

**PONTO DOIS** - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 180/2014 – “**Prestação de Contas do ano de 2013**” -----

“Considerando o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, é competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

Propõe-se: -----

Que este Executivo Municipal delibere aprovar os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Montijo respeitantes ao ano de 2013; -----

Que os documentos em causa sejam remetidos para apreciação e votação à próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 27.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou uma questão ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que passo a transcrever: “No mapa dos empréstimos, se, constatarem o último empréstimo de 13 de setembro de 2009, da Caixa Geral de Depósitos de 2.500.000,00€, quando vamos ver a dívida em janeiro era de 2.232.790,00€ e esta dívida aumenta em 31 de dezembro para 2.436.607,00€. Gostaria que o senhor Presidente nos pudesse esclarecer sobre este aumento de empréstimo que devia diminuir.” -----

O senhor **Deputado Municipal – José Caria (PS)**, no uso da palavra, leu uma Intervenção, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Na reunião de câmara de 2 de abril de 2014, foi aprovada com os votos a favor do PS e as abstenções da CDU e PSD, a prestação de contas da Câmara Municipal do Montijo relativa ao ano de 2013. -----

Hoje, na sessão de 3 abril, a Assembleia Municipal aprecia e vota estas Contas.

A execução orçamental do ano 2013 foi prejudicada pela recessão económica do País, pelas Leis de limitação dos investimentos locais, em resultado da Leis aprovadas pelo Governo e pelos Deputados na Assembleia da República do PSD e do CDS/PP e, ainda, pela decisão do Governo de suspensão do Quadro Referencia Estratégico Nacional - QREN. -----

Durante o ano de 2013 o Município de Montijo teve de resistir continuando a garantir os serviços públicos municipais aos cidadãos, continuando a estratégia de consolidação orçamental e libertando recursos para aumentar os serviços de apoio aos mais desfavorecidos. -----



AMA  
Poh  
L



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A prestação de contas de 2013 reflete a “conjuntura de recessão económica e de brutal austeridade em que os portugueses, os montijenses, as empresas e as autarquias foram obrigados a gerir os seus orçamentos”.

Não obstante este quadro de políticas nacionais autoritárias, com reflexos evidentes no território municipal o município do Montijo apresentou em 2013 um resultado líquido positivo de 763 mil euros”.

A execução orçamental de receita e da despesa foi de 25.434.403,01 euros e de 25.116.796,96 euros, respetivamente.

O Balanço em 31 de dezembro 2013 evidencia um total de 100.988.709,21€ e um total de Fundos Próprios de 78.175.044,64€ incluindo um Resultado Líquido de 763.280,73€.

A Demonstração de Resultados e os Mapas de Execução Orçamental evidenciam um Total de 25.074.212,28€ de Despesa Paga e um Total de 27.074.212,28€ de Receita Cobrada.

Relativamente ao orçado, a taxa de realização da receita foi de, aproximadamente, 89% e a da despesa de 82%.

A despesa total foi reduzida em 5% face ao executado no ano de 2012. A estrutura da despesa foi de 21.822.112,85 euros (despesa corrente) e 3.252.099,43 euros (despesa de capital). A despesa corrente teve uma taxa de realização de 87%.

Durante o ano de 2013 foram aprovadas doze modificações orçamentais, das quais dez alterações ao Orçamento de Despesa e duas revisões (estas pela Assembleia Municipal).

Em 24 de junho de 2013 a Assembleia Municipal, sob Proposta da Câmara, fixou o orçamento corrigido em 30.675.692,00 euros.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A receita corrente arrecadada, em 2013, foi de 23.736.626,39€ dos quais 10.575.049,24€ correspondem a impostos diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI (7.239.809,28€), Imposto Único de Circulação (1.166.751,41€), etc., que alcançaram uma taxa de execução de 89%. Entre os impostos diretos, a maior subida foi do IMI que cresceu 24% relativamente a 2012 devido, sobretudo, ao processo de reavaliação geral dos imóveis mais antigos e ao aumento da taxa aplicada no ano de 2013. O Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de bens (IMT-1.919.861,92€) e a Derrama (366.406,89€) decresceram respetivamente 44% e 64% em 2013 (relativamente ao ano de 2012). -----

Relativamente aos Impostos Indiretos os Grupos mais significativos corresponderam, em 2013, aos Resíduos Sólidos Urbanos (1.178.662,75€), aos Loteamentos e Obras (298.601,17€) e a Publicidade (139.388,10€). Recordo que, em 24 de junho 2013, aprovámos aqui, sob Proposta da Câmara, a redução da previsão da receita relativa a Loteamentos e Obras no valor de 633.704,99€.

Os Impostos Indiretos decrescem de 2012 para 2013 sobretudo devido à quebra de receita relativa às taxas de Loteamento e Obras. -----

De Transferências correntes da Administração Central recebemos 7.766.176€ dos quais 2.559.748€ são FEF/Corrente, 1.887,379€ são da participação fixa no IRS, e 1.584.128€ são por Competências na área da educação. -----

Em 2013 o Município recebeu, da Participação Fixa no IRS, 1.887.379,40€. Do Fundo Social Municipal recebemos 668.442,00€. O montante do F.E.F. foi 3.199.685,00€. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
Paly  
H

As Receitas de Capital registam, em 2013, 2.249.878,16€ (Taxa de execução de 56%), dos quais 687.597,13 euros são participação nos Impostos de Estado e 1.550.554,41€ são Passivos Financeiros. -----

Durante o ano económico de 2013 o município contratou um empréstimo de curto prazo na modalidade de abertura de crédito em conta corrente da qual utilizou 500.000,00€, para ocorrer a dificuldades de Tesouraria; Arrecadou ainda 203.817,00€ relativos a empréstimos M/L prazo e 846.737,41€ relativos ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). -----

A realização da Despesa atingiu o montante global de 25.074.212,28€ e uma taxa de realização de 82% face aos 30.675.692€ orçados. 87% foi despesa corrente; a despesa de capital cifrou-se em 13%. -----

A realização da despesa corrente atingiu o montante de 21.822.112,85€ e uma taxa de realização de 87% face aos 25.116.796,96€ orçados. 59% da despesa corrente correspondeu a “despesas com pessoal”; 30% corresponderam a “aquisição de bens e serviços”, 8% (1.655.513,75€) corresponderam a “Transferências Correntes”. Foi efetuado o pagamento integral da dívida Associação dos Municípios da Região de Setúbal. -----

Na Despesa/Despesa Corrente as despesas com pessoal equivalem a 59% das despesas correntes, um aumento de 3% relativamente a 2012. Apesar de se ter verificado uma redução de pessoal de acordo com as regras impostas pela lei do Orçamento do Estado para 2013, este aumento foi motivado pela reposição justa dos subsídios de férias e de natal aos trabalhadores, bem como pelo aumento da despesa com encargos para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social. -----

*Relat*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nas despesas com pessoal 77€ corresponderam a “remunerações certas e permanentes”; a “segurança social” representou 21%; e os “abonos variáveis ou eventuais” (ajudas de custo, horas extras etc.) representaram 2% das “despesas com Pessoal”. -----

Em 2013 registaram-se 56 entradas e 73 saídas de Trabalhadores da Câmara, independentemente da relação jurídica de emprego público, sendo 41 entradas para a Divisão de Educação, onde se registaram 33 saídas. -----

Em 2013 as despesas com pessoal cresceram 3% relativamente a 2012 tendo como motivo o aumento da despesa com o pagamento dos subsídios de férias e de natal e aumento da despesa com encargos com a Caixa Geral de Aposentações (de 15% em 2012 para 20% em 2013), e com a segurança social (passou de 22,30%, em 2012 para 23,75% em 2013). -----

Das despesas de capital foram realizadas 59% dos 5.558.895,04€ orçamentados, que é exemplificativo da conjuntura económica e financeira desfavorável do país, ao qual o município do Montijo não é alheio, que não permitiu executar alguns dos investimentos previstos. 25% da despesa de capital foi realizada em aquisição de bens de capital; 73% foi despendida em Passivos Financeiros; 3% em Transferências de capital. -----

Na aquisição de bens de capital Investimento cifrou-se em 1.925.961,78€ (decreceu 64% relativamente a 2012) e a Locação financeira em 256.207,62€. --

No ano de 2013 o Município pagou (Passivos Financeiros) a utilização de 500.000,00 € utilizados relativos a uma abertura de crédito de curto prazo, ao pagamento do empréstimo contraído no âmbito do PAEL e à amortização dos empréstimos de médio/longo Prazo. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
Paly  
H

O montante da dívida a terceiros de médio longo prazo ascende, em 31 dezembro 2013, a 10.032.316,87€. -----

Realçamos o decréscimo significativo na dívida a fornecedores, na ordem dos 74%, e para o pagamento integral do empréstimo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). -----

Se comparamos a dívida a fornecedores e às Locadoras nos últimos cinco anos podemos verificar que o ano 2013 foi o ano com menor dívida a fornecedores. --

De impostos diretos recebemos, em 2013, 10.725.719€; De impostos indiretos recebemos 1.760.674€; De Transferências Correntes da Administração Central recebemos 7.766.167€ (dos quais 2.559.748€ de F.E.F. correntes, 1.887.379 da Participação Fixa no IRS e 1.584.128€ por Transferências na Área da Educação); De Transferências de Capital recebemos 687.597€ de F.E.F.); -----

No ano de 2013, 1.002.27€ de receita corrente financiou despesa de capital. ----

Nas "Transferências Correntes/Despesa pagámos às Juntas de Freguesia 457.698,40€, pagámos 101.842,00 à Associação dos Municípios da Região de Setúbal (pagamento integral da dívida), pagámos aos bombeiros 111.525,27€, e, nas transferências correntes pagas pela Divisão de Educação (398.934,55€) estão 302.671€ para Instituição Sem Fins Lucrativos, enquanto nas transferências correntes pagas pela Divisão de Cultura, estão 140.683,35€ para Instituições Sem Fins Lucrativos. -----

Quanto às Despesas com Funções Gerais, Funções Sociais e Funções Económicas regista-se que em 2012 o Executado do Previsto em 2011 representou 52,83% nas Funções Gerais, 25,88% nas Funções Sociais, e 20,50% nas Funções Económicas; -----

*Faly*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No Ano de 2013 o REALIZADO face ao PREVISTO em dezembro de 2012 em Funções Gerais correspondeu a 89,31%; nas Funções Sociais correspondeu a 1,31%; e nas Funções Económicas correspondeu a 28,23%. Temos maior percentagem de REALIZADO/EXECUTADO face ao PREVISTO nas Funções Gerais e nas Funções Económicas. -----

Para que quem nos ouve, e/ou nos vai ler, dizemos, finalmente que durante o ano de 2013, os CINCO DEPARTAMENTOS e 15 DIVISÕES da Câmara Municipal (conjuntamente com a “Administração Autárquica”) pagaram 25.074.212€; -----

Apenas alguns Exemplos (ano 2013):-----

Na Divisão de Educação foram 4.375.983€; Na Divisão de Obras Municipais foram 2.146.987€; Na Divisão de Equipamentos, Energia e Ambiente foram 3.952.256€; No Departamento de Desenvolvimento Social Cultural e Saúde (que engloba Desporto e Juventude) foram 2.443.463€; No Departamento de Recursos Humanas e Financeiros foram 4.143.352€; No Departamento de Ordenamento do Território e Urbanismo foram 1.375.179€; Na Divisão Cultura, Bibliotecas e Turismo foram 1.353.639€. -----

Os Documentos Prestacionais de Contas do Ano 2013 evidenciam que se continuou a garantir os serviços públicos locais, aumentou-se a produtividade dos serviços, evitou-se a acumulação de desequilíbrios orçamentais e continuou-se a apoiar a economia montijense. -----

Estes Documentos que hoje aprovamos espelham rigor, verdade, cautelas na arrecadação de receitas, parcimónia nas despesas, e uma grande preocupação com as pessoas, mantendo apoio às Freguesias, às Instituições, às Empresas e às Famílias.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM Pely 97

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, em resposta à questão suscitada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse: “O empréstimo em causa não estava executado em 2012, só o executamos em 2013 e teve a ver com uma questão que está descrita na página 16 do relatório de Gestão. O prazo de execução do empréstimo estava a terminar e se não solicitássemos essa verba, perderíamos essa verba para o investimento do Mercado Municipal. Assim, numa regra de boa gestão executámos o ano passado esse empréstimo, pedimos esse valor para agora iniciarmos a obra do Mercado Municipal. -----

O Mercado Municipal tinha duas componentes, uma que perdemos que tinha a ver com os Fundos Comunitários, como sabem o Governo sancionou a Câmara Municipal do Montijo, retirando os Fundos Comunitários e a segunda componente era um empréstimo, que não tinha ainda sido executado e em virtude deste terminar em 2013, executámo-lo agora. Por isso esse dinheiro está numa conta própria e à parte, aguardando a execução da obra do Mercado Municipal.” -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovada por maioria, com 10 votos a favor do PS, 13 abstenções (7 do PSD, 5 da CDU e 1 do BE) e 0 votos contra. -----

O senhor **Deputado Municipal – Fernando Coelho (PS)**, no uso da palavra leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“No momento da prestação de contas faz-se um balanço e uma análise sobre o significado dos números apresentados e quais os seus efeitos na atividade económica local. -----

*Paly*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para esta análise importa recordar a grave situação económica e financeira do nosso País que se estende a inúmeros Municípios fruto, em largo número dos casos, de políticas autárquicas inconsistentes e mal conduzidas. -----

Não obstante, o nosso Município tem consumido os recursos financeiros, colocados à sua disposição, de acordo com critérios bem definidos e rigorosos: -

1 – Que a consolidação orçamental constitui uma condição necessária da estabilidade económica; -----

2 – Que a qualificação dos munícipes corresponde a uma condição necessária para o almejar de uma trajetória de crescimento sustentado e para o reforço da equidade; -----

3 – Que a especialização territorial, implicando o estímulo ao desenvolvimento de dinâmicas diversificadas de descentralização, representa uma condição necessária para a obtenção de níveis mais avançados de coesão económica, social e territorial. -----

Vários aspetos devem ser retidos nesta prestação de contas: -----

Quanto à situação financeira do Município, -----

Analisando o balanço, -----

Do lado do ativo, verificamos, relativamente ao exercício anterior (2013), que: --

1 – O investimento em imobilizado camarário diminui ajustando-se de uma forma consistente às possibilidades financeiras correntes; -----

2 – As dívidas de curto prazo para com a Autarquia diminuíram cerca de 3,9%, significando que a Autarquia promoveu uma política de tesouraria eficaz; -----

3 – As Existências em armazém cifraram-se em € 195.201,43, valor que corresponde ao da estimativa para a margem de segurança através da utilização de uma política de gestão de stocks adequada, do ponto de vista financeiro; -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
Pely  
H

4 – Os meios financeiros, em depósitos bancários, cifravam-se, em 31/12/2013, em € 2.694.271,82; -----

Do lado do passivo, verificamos que, relativamente ao ano anterior (2012): -----

5 – Os empréstimos de médio/longo prazo diminuíram em € 1.909.643,46; -----

6 – As dívidas a terceiros de curto prazo cresceram em € 96.141,00; -----

7 – O Passivo total decresceu em € 975.119,66; -----

Quanto aos Fundos próprios, verificamos um aumento de € 8.044.303,87 relativamente ao exercício anterior, tendo o passivo um peso de apenas 24,6% no total do ativo do Município.-----

Quanto à Situação Económica do Município:

Da análise da Demonstração de Resultados, verificamos relativamente ao exercício de 2012: -----

Quanto aos proveitos, -----

1 – Os proveitos totais apresentam um aumento de 2,1%, a que corresponde, em termos brutos, um acréscimo de € 541.401,63; -----

Quando Custos,-----

1 – Os Fornecimentos e Serviços de Terceiros sofreram um decréscimo de 5,5%;

2 – Os Custos com o Pessoal cresceram 17,6%; -----

3 – Os Custos Financeiros baixaram em € 124.783,42; -----

4 – Os Custos Extraordinários cresceram significativamente pela incorporação do prejuízo dos SMAS; -----

5 – As Amortizações de Exercício atingiram o valor de € 2.610.610,05; -----

6 – As Provisões do exercício cifraram-se em € 73.610,12; -----

*Pely*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7 – Os Outros Custos Operacionais baixaram em € 9.823,82; -----

Os custos totais apresentam, em relação ao ano anterior, um crescimento de 11,4%. -----

O Resultado líquido do exercício foi positivo atingindo o valor de € 763.280,73. – Verificamos, ainda, que os meios financeiros libertos pela Autarquia (cash-flow operacional) são positivos e cifram-se em € 3.447.570,90, o que significa, em termos de rentabilidade e liquidez, uma atividade interessante e com futuro do ponto de vista económico e financeiro. -----

A Autonomia financeira da Autarquia atingiu, em 2013, um valor de 75,4%, o qual patenteia uma situação financeira robusta e equilibrada, não se vislumbrando alterações potenciais que possam influenciar negativamente tal situação. -----

Assim, poder-se-á concluir que a Autarquia terá capacidade para liquidar os compromissos assumidos e que conseguirá a manutenção duma atividade rentável, e, simultaneamente, equilibrada financeiramente, dando um sinal à sociedade civil de que o futuro deve ser encarado com esperança. -----

Por tudo o atrás referido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a prestação de contas da Câmara Municipal.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O documento “Prestação de Contas do ano 2013”, do ponto de vista técnico, está bem elaborado e apresentado, mas reflete decisões e opções políticas sobre as quais, no devido momento, discordámos. -----

Na apreciação política do documento queremos referenciar alguns aspetos: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
Paly  
H

1º - A constante referência do principal responsável da gestão do PS/Câmara Municipal, queixando-se de não ter pessoal operativo para dar resposta às necessidades em várias áreas, quando se congratula com a redução do número de trabalhadores na autarquia; -----

2º - A taxa de execução de 56% nas receitas de capital demonstra o empolamento da receita, que o atual Presidente já confessou, por várias vezes, ter sido um erro; -----

3º - As despesas de capital, 41% do previsto, traduzem duas realidades: a responsabilidade da gestão PS/Câmara Municipal mas, sobretudo, a política dos sucessivos governos no financiamento às autarquias locais; -----

4º - A execução do IMI superior a 100% e o aumento de 23,91% em relação a 2012, é bem demonstrativo que tínhamos e temos razão quando temos defendido e continuamos a defender, que não se pode continuar a sobrecarregar ainda mais os munícipes; -----

5º - Nos impostos diretos o facto da derrama ter ficado aquém da provisão e a sua descida para algumas empresas ter tido a nossa concordância, não é reflexo apenas das políticas municipais mas, sobretudo, das políticas dos sucessivos governos e do famigerado pacto de agressão/ Troika que PS, PSD e CDS-PP negociaram com a cumplicidade do Presidente da Republica; -----

6º - Os não utilizados 2013.817,00 euros do empréstimo a curto prazo para as obras do Mercado Municipal reflete a incapacidade da gestão PS/Câmara Municipal, perante tão sentida e necessária obra e alegadamente, a política de publicidade enganosa; -----

Em suma, o documento em apreciação reflete as lacunas da gestão PS/Câmara Municipal e o estrangulamento do Poder Local pelo Poder Central. -----

*Relat*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este relatório traduz o escasso investimento na rede viária, na higiene e limpeza, no movimento associativo, na cultura, nas escolas, nas freguesias o que, connosco, seria diferente pela positiva. -----

O documento em apreciação reflete, de facto, o fim do ciclo político autárquico do PS no Montijo. -----

A CDU, ao contrário de outras forças políticas, reafirma a sua postura de sempre, de não enveredar pelo caminho da política de “terra queimada” mas, antes pelo contrário, de responsabilidade e pela plenitude do funcionamento dos órgãos autárquicos para que possam servir o melhor possível as populações. Face ao exposto o nosso voto será de abstenção.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“A Prestação de Contas do ano de 2013, as suas contas têm em conta o projeto e as propostas do PS para o Montijo, não é o nosso projeto nem as nossa propostas por isso a nossa votação é a abstenção.” -----

**PONTO TRÊS** - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 192/2014 – **“Documentos de Prestação de Contas de 2013 – SMAS”** -----

“Proponho que: -----

A Câmara Municipal delibere aprovar a deliberação do Conselho de Administração de 26/03/2014, titulada pela **proposta n.º 38/14**, que se anexa e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes, e posteriormente enviar à Assembleia Municipal para aprovação. -----

“Considerando que: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Pereira' and other initials.

1. De acordo com a alínea e) do art.º 13.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, com a Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção – Instruções do Tribunal de Contas n.º 1/2001 – 2.ª Secção, publicada no Diário da República – II Série, de 18 de agosto de 2001, e com a alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, e alínea l) do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentam-se os Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício de 2013: -----

A. Documentos a aprovar pelo Conselho de Administração e a submeter à apreciação e aprovação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal: -----

Balanço; -----

Demonstração de Resultados; -----

Controlo orçamental da Despesa; -----

Controlo orçamental da Receita; -----

Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; -----

Mapa dos Fluxos de Caixa; -----

Contas de Ordem; -----

Operações de Tesouraria; -----

Caracterização da Entidade; -----

Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados; -----

Contratação administrativa - Situação dos Contratos; -----

Relatório de Gestão; -----

Síntese das Reconciliações Bancárias. -----

B. Documentos que se encontram integralmente elaborados e devidamente arquivados para consulta quando para tal forem solicitados: -----

Plano Plurianual de Investimentos; -----

Orçamento (Resumo); -----

*Fely*



**MUNICÍPIO DO MONTIJO**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Orçamento; -----

Modificações do Orçamento – Despesa; -----

Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos; -----

Outras dívidas a terceiros; -----

Norma de Controlo Interno e suas alterações; -----

Resumo Diário da Tesouraria; -----

Relação de Acumulação de Funções; -----

Relação Nominal de Responsáveis. -----

2. Nos documentos que a seguir se elencam não houve quaisquer movimentos e/ou registos contabilísticos, pelo que não foram elaborados: -----

Transferências Correntes – Despesa; -----

Transferências de Capital – Despesa; -----

Subsídios Concedidos; -----

Transferências Correntes – Receita; -----

Transferências de Capital – Receita; -----

Subsídios Obtidos; -----

Ativos de Rendimento Fixo; -----

Ativos de Rendimento Variável; -----

Empréstimos; -----

Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais. -----

Assim, mediante o exposto, propõe-se que o Conselho de Administração delibere aprovar os documentos referidos no n.º 1. A, submetendo-os, posteriormente, a apreciação e aprovação da Câmara e Assembleia Municipal, respetivamente.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am  
Palg  
H

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovada por maioria, com 9 votos a favor do PS, 12 abstenções (6 do PSD, 5 da CDU e 1 do BE) e 0 votos contra. -----

O senhor **Deputado Municipal – Fernando Coelho (PS)**, no uso da palavra leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“A água é o constituinte mais característico da Terra, ingrediente essencial da vida constitui talvez o recurso mais precioso que a terra fornece à Humanidade. Pelas próprias características do produto e serviços comercializados, não podemos olhar para o balanço e contas dos SMAS como se de uma empresa comercial se tratasse. -----

Porém, o balanço e contas dos SMAS apresentam uma situação patrimonial plausível, patenteando uma solvabilidade total de 27,2%. -----

Os meios financeiros libertos, na ordem dos €404.046,27, permitem encarar o futuro que se avizinha de uma forma positiva e são o garante de que os SMAS poderão apresentar à sociedade civil a manutenção dos elevados padrões de qualidade a que nos habituaram, quer no curto, quer no médio e longo prazo. – Pelo atrás exposto, o grupo parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a prestação de contas de 2013 dos SMAS.” -----

*Palh*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“A Prestação de Contas do ano 2013 dos SMAS, as suas contas têm em conta o projeto e as propostas do PS para o Montijo, não é o nosso projeto nem as nossas propostas, por isso a nossa votação é a abstenção.” -----

**PONTO QUATRO** - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 181/2014 – **“Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro constante no Programa de Apoio à Economia Local”** -----

“Considerando: -----

A atual situação económica do País e execução do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, o qual estabelece metas de consolidação orçamental das contas públicas nacionais, em especial da redução dos pagamentos em atraso, conduziram a aprovação da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto que criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). -----

A Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto, criou o Programa de Apoio à Economia Local, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias. -----

A Portaria n.º 281-A/2012 de 14 de setembro, procedeu à regulamentação da Lei nº 43/2012 de 28 de agosto que aprova o Programa de Ajustamento à Economia Local (PAEL). -----

Em reunião de assembleia municipal de 28 de setembro de 2012 foi aprovada a proposta n.º 841/2012 relativa à aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am Paly  
91

A Câmara Municipal de Montijo em 16 de novembro de 2012 assinou o Contrato de Empréstimo – “Programa de Apoio à Economia Local” no montante de 1.285.714,16 €. -----

Em reunião de câmara de 9 de janeiro de 2013 foi aprovada a proposta n.º 909/2013 referente à “Aprovação das cláusulas da adenda ao contrato de empréstimo de médio e longo prazo contratado no âmbito do PAEL” que alterou o valor do contrato para 846.737,41 €. -----

Em 6 de fevereiro 2013 o município do Montijo recebeu a 1.ª tranche, que representa 70% do total do empréstimo, no montante de 592.716,19 €. -----

Em 30 de abril 2013 o município do Montijo recebeu a 2.ª tranche, que representa 30% do total do empréstimo, no montante de 254.021,22 €. -----

Em reunião de assembleia municipal de 23 de abril de 2013 foi aprovada a proposta n.º 983/2013 relativa à Monotorização do Plano de Ajustamento Financeiro constante no Programa de Apoio à Economia Local referente ao 1.º trimestre de 2013. -----

Em reunião de assembleia municipal de 13 de setembro de 2013 foi aprovada a proposta n.º 1096/13 relativa à Monotorização do Plano de Ajustamento Financeiro constante no Programa de Apoio à Economia Local referente ao 2.º trimestre de 2013. -----

Em reunião de assembleia municipal de 29 de novembro de 2013 foi aprovada a proposta n.º 40/2013 relativa à Monotorização do Plano de Ajustamento Financeiro constante no Programa de Apoio à Economia Local referente ao 3.º trimestre de 2013. -----

Em 30/12/2013 foi liquidado o Empréstimo – “Programa de Apoio à Economia Local”. -----

*Raly*



**MUNICÍPIO DO MONTIJO**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**PROPONHO:** -----

A avaliação do grau de execução, do 4.º trimestre de 2013, dos objetivos previstos no Plano de Ajustamento Financeiro, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto.” -----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovada por maioria, com 15 votos a favor (9 do PS e 6 do PSD), 6 abstenções (5 da CDU e 1 do BE) e 0 votos contra. -----

**PONTO CINCO – Informações do Exmo. Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal,** prestadas nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos previstos no número 3 e 4, do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Era uma hora e cinquenta minutos do dia vinte e nove de fevereiro de 2014. ----

41



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E eu, *Jocelina Maria Cruzado Barbosa*, Assistente Técnica, da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e de Administração Geral, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa.-----

*Maria Amélia Antunes*

----- A Presidente da Assembleia -----

*Rafael Pereira Reis Carmona*

----- O 1º Secretário -----

*Fernanda Almeida Loureiro*

----- A 2ª Secretária -----

